

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

EDUARDO ZDANOWICZ

Processo de Ocupação em Áreas Urbanas Ribeirinhas:
o Caso do Bairro Arquipélago no Município de Porto Alegre

São Paulo
2022

EDUARDO ZDANOWICZ

Processo de Ocupação em Áreas Urbanas Ribeirinhas: o Caso do Bairro
Arquipélago no Município de Porto Alegre

Trabalho de Graduação Integrado (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas
Junior

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Z39p Zdanowicz, Eduardo
 Processo de Ocupação em Áreas Urbanas Ribeirinhas:
 o Caso do Bairro Arquipélago no Município de Porto
 Alegre / Eduardo Zdanowicz; orientador Ricardo Antas
 Junior - São Paulo, 2022.
 74 f.

 TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
 de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
 Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

 1. Palafitas. 2. Urbanização. 3. Água. 4.
 Enchentes Urbanas. 5. Habitação. I. Antas Junior,
 Ricardo, orient. II. Título.

ZDANOWICZ, Eduardo

Processo de Ocupação em Áreas Urbanas Ribeirinhas: o Caso do Bairro
Arquipélago no Município de Porto Alegre

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo

Aprovado em: __08__ de __março__ de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Junior – FFLCH/USP
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde – FFLCH/USP

Prof^a. Dr^a. Paula Cristiane Strina Juliasz – FFLCH/USP

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho.

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou. Pai, mãe, Leonardo e Ricardo, vocês são muito importantes em minha vida. Ao meu pai, o agradecimento é reforçado pelo exemplo como professor, pesquisador e por ter dedicado quase toda à sua vida a educação. Meu maior incentivo para seguir estudando.

Agradeço a meu namorado Vinicius, por essa parceria e apoio durante esses anos, em especial agora durante a Pandemia que foram bem difíceis e só foram menos solitários porque você estava comigo.

A minha família do ICP: Bruno, Carol, Isa, Fabiano e Fernando, obrigado por essa família que a gente criou longe de casa.

A todos os meus amigos da USP que conheci presencialmente ou pelo ensino remoto: muito obrigado pelas trocas que tivemos.

Ao Professor Ricardo, pela orientação, disponibilidade e ajuda na produção desse trabalho.

E agradecer também aos professores e funcionários que fazem parte do Departamento de Geografia e que contribuíram para minha formação.

RESUMO

ZDANOWICZ, E. **Processo de Ocupação em Áreas Urbanas Ribeirinhas: o Caso do Bairro Arquipélago no Município de Porto Alegre**. Trabalho de Graduação Individual em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2022.

Este trabalho buscou identificar razões as quais parcelas da sociedade habitam áreas próximas à corpos d'água junto de metrópoles no Brasil. Para isso foram estudados exemplos de áreas ribeirinhas em alguns locais do país e na sequência aprofundado a pesquisa no Bairro Arquipélago, localizado em Porto Alegre. Apresentou-se, também, definições sobre o que são áreas ribeirinhas, bem como a caracterização de seus habitantes. Para isso, foi utilizado como método para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento do referencial teórico sobre os temas, além de saídas de campo para visitar a área de estudo e os outros exemplos de áreas ribeirinhas pesquisadas. Também foram feitas entrevistas com alguns moradores do Arquipélago, a fim de se entender aspectos relacionados a vivência deles naquele local. A partir disso, conseguiu-se entender que boa parte dessa população habita essas regiões em razão de uma certa dualidade: ao mesmo tempo que querem estar próximos da água, fauna, flora e seus respectivos potenciais paisagísticos, necessitam estar próximos das cidades, para terem acesso a emprego, oportunidades de renda e serviços básicos, como saúde e educação. Por fim, também foi possível identificar alguns problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas, muitos deles relacionados a falta de infraestrutura básica para habitação e as inundações que são recorrentes.

Palavras-chave: ribeirinhos, Arquipélago, urbanização, Porto Alegre, habitação

ABSTRACT

ZDANOWICZ, E. Occupancy Process in Riverside Urban Areas: The Case of the Arquipélago Neighborhood in the Municipality of Porto Alegre. Trabalho de Graduação Individual em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2022.

This work sought to identify some reasons why parts of society inhabit areas close to water near metropolises in Brazil. For this, examples of riverside areas in some parts of the country were studied, and then research in the Arquipélago neighborhood, located in Porto Alegre, was deepened. It was also presented definitions of what riverside areas are, as well as the characterization of their inhabitants. For this, the bibliographic research was used as a method for data collection, through the survey of the theoretical framework on the themes, in addition to field trips to visit the study area and other examples of riverside areas studied. Interviews were also carried out with some residents of the Arquipélago, in order to understand aspects related to their experience in that place. From this, it was possible to understand that a good part of this population inhabits these regions due to a certain duality: while they want to be close to water, fauna, flora, and their respective landscape potential, they need to be close to cities, to have access to employment, income opportunities and basic services such as health and education. Finally, it was also possible to identify some problems faced by riverside populations, many of them related to the lack of basic infrastructure for housing and the recurring floods.

Keywords: riverside, Arquipélago, urbanization, Porto Alegre, housing

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Casas em palafitas e transporte náutico na Amazônia	22
Figura 02 – Caminhos do rio Capibaribe em Recife	24
Figura 03 – Ocupação ribeirinha em Santos	26
Figura 04 – Pontos de enchentes no Arquipélago	29
Figura 05 – Ilha da Pintada	39
Figura 06 – Ilha Grande dos Marinheiros	41
Figura 07 – Ilha das Flores	42
Figura 08 – Ilha do Pavão	42
Figura 09 – Diagramas síntese – núcleos urbanos ocupados	43
Figura 10 – Orla com vista para Porto Alegre	48
Figura 11 – Paisagem da ilha da Pintada	49
Figura 12 – Primeiros registros da ocupação nas ilhas – Palafitas e comércio de peixe	50
Figura 13 – Travessia Régis Bittencourt	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização Bairro Arquipélago	30
Mapa 02 – Localização Bairro Arquipélago e Parque Delta do Jacuí	32
Mapa 03 – Ilhas que formam o Bairro	33
Mapa 04 – Ocupação – Ilha Grande dos Marinheiros	34
Mapa 05 – Sistema viário e infraestrutura	35
Mapa 06 – Perfil moradores da ilha	36
Mapa 07 – Aspectos ambientais da área	44
Mapa 08 – Condicionantes legais	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ilhas do Arquipélago	28
Tabela 02 – Situação Demográfica populacional dos últimos censos	51

Lista de Abreviaturas

APA- Área de proteção ambiental

AORs - Áreas de ocupação rarefeita

APAEDJ - Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EVU – Estudo de Viabilidade Urbana

IA – Índice de Aproveitamento

MP – Ministério Público

PAE-APEDJ - Plano de Ações Emergenciais da Área de Proteção Ambiental
Estadual Delta do Jacuí

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PDDU - 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PLANDEL – Plano Básico para o Parque Estadual Delta do Jacuí

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

TO – Taxa de ocupação

UC – Unidade de Conservação

UEU - Unidades de Estruturação Urbana

ZBR - Zona de Reserva Biológica

ZPN - Zona de Parque Natural

ZUR - Zona de Uso Restrito

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Apontamentos Gerais Sobre Áreas Ribeirinhas no Brasil: os Exemplos da Amazônia, Recife e Santos	16
1.1 O que são áreas ribeirinhas	17
1.2 Exemplos de outras áreas ribeirinhas no Brasil	20
1.2.1 Amazônia	20
1.2.2. Recife	22
1.2.3. Santos	24
1.3 Paralelos entre as áreas ribeirinhas brasileiras	26
2. Caracterização do Bairro Arquipélago na Cidade de Porto Alegre	28
2.1 Caracterizações e perfil do Bairro Arquipélago	36
2.2 Formação do bairro arquipélago	37
2.3. Caracterização dos Núcleos Ocupados no Arquipélago	38
2.3.1 Ilha da Pintada	38
2.3.2 Ilha Mauá	39
2.3.3 Ilha Grande dos Marinheiros	40
2.3.4 Ilha das Flores	41
2.3.5 Ilha do Pavão	42
2.4. Dinâmica ambiental regional em que se insere o Bairro Arquipélago	43
2.5. Condicionantes Legais	45
2.5.1 Parque Estadual e APA	45
2.5.2 Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí	46
2.5.3 Outros condicionantes	48
3. A Ocupação Atual no Bairro Arquipélago	50
3.1 Contexto histórico e político da ocupação do arquipélago	51

3.2 Ocupação e danos ambientais	52
3.2.1 Vínculos entre território e hidrografia no Arquipélago	53
3.3 Relações econômicas e sociais no Bairro	54
3.3.1 Depoimentos de moradores da região do Arquipélago	55
3.4 Justificativas	57
3.5 Problemas e desafios	59
 Considerações Finais	 60

INTRODUÇÃO

No Brasil, ocupações urbanas em áreas de proteção ambiental são frequentes, principalmente em locais próximos ao litoral e corpos d'água, como os rios e lagos, onde se concentram boa parte das grandes cidades brasileiras. A maioria dessas áreas tem acesso mais direto ao meio ambiente predominantemente natural e, ao mesmo tempo, as facilidades das metrópoles, principalmente no que se refere a possibilidades de acesso a emprego e renda. Porém, sabe-se que a oferta de moradia ainda é muito deficitária e desigual no Brasil e, por isso, há muitas famílias ocupando locais impróprios e irregulares, como margens e orlas de rios, áreas de mangues, entre outros, o que pode afetar a dinâmica natural desses ambientes.

Aqueles que habitam as margens rios e lagos são chamados de ribeirinhos e fazem parte do que conhecemos como povos e comunidades tradicionais. Eles têm a pesca e o artesanato como suas principais atividades de subsistência, cultivam pequenas culturas para se sustentar, podendo também praticar atividades extrativistas. Contudo, percebe-se que nos últimos tempos, principalmente com o crescimento das cidades, essas atividades econômicas foram impactadas negativamente, uma vez que elas estão fortemente relacionadas com a poluição que tem crescido. Por esse motivo, muitos dos ribeirinhos estão enfrentando situações de miséria e fome, vivendo em condições precárias e em locais com infraestrutura deficiente.

Trabalhos que se propõem a estudar e analisar pontos tidos com “paisagens naturais” nem sempre são simples de se realizar, uma vez que se entende que o conceito de paisagem é muito mais do que um simples atributo estático, do que é visto ou captado numa fotografia. “Tudo aquilo que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons” (SANTOS, 1988, p. 61). Nesse trecho, fica claro a complexidade do termo e a quantidade de variáveis importantes a serem levadas em conta durante o seu estudo.

O bairro Arquipélago na cidade de Porto Alegre está localizada em uma unidade de conservação mista, a Área Nacional de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí (APAEDJ), que abriga o Parque Nacional do Delta do Jacuí (PEDJ). É uma

área de grande importância ambiental, próxima ao centro da cidade e, portanto, na região metropolitana de Porto Alegre. Esta unidade de proteção possui uma descrição detalhada de seus limites e definições de uso que nem sempre conseguem ser seguidos e respeitados, seja pela falta de políticas públicas, seja pela falta de fiscalização ou até mesmo seja pela falta de espaços regulares para habitação dentro do contexto urbano.

Diante desses pressupostos este trabalho tratará de identificar razões as quais parcelas da sociedade habitam áreas próximas à corpos d'água junto de metrópoles no Brasil. Para tanto, primeiramente será estudado exemplos de áreas ribeirinhas em alguns locais do país, para depois se aprofundar a pesquisa no Bairro Arquipélago, localizado em Porto Alegre. Foi escolhido esse local dado a sua proximidade com o centro da cidade, a dualidade no perfil de ocupação (populações mais ricas e pobres morando ao mesmo no bairro) e a falta de presença política na região.

O trabalho está dividido em 3 capítulos que buscarão abordar as temáticas referentes aos ribeirinhos, as localidades e ao Bairro Arquipélago. O primeiro faz uma definição sobre o que são áreas ribeirinhas e como se define sua população, apresentando também exemplos do território nacional na Amazônia, em Recife e em Santos. Para melhor conseguir compreender as dinâmicas e processos dessas regiões, durante o estudo foram realizados trabalhos de campos nessas três localidades, a fim de se perceber na prática aspectos que surgiram na pesquisa, sobretudo, as relações estabelecidas com os corpos d'água e o senso de comunidade existente nesses locais.

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar as características do Bairro Arquipélago, bem como definir seus núcleos ocupados, utilizando elementos históricos, dados do IBGE, mapas e fotografias como suporte dessa caracterização. O terceiro capítulo busca demonstrar como encontra-se a ocupação atual do Bairro Arquipélago, mostrando os vínculos entre o território e hidrografia, relações econômicas e sociais, além de problemas e desafios correntes. Para embasar essa parte foram realizadas entrevistas com alguns moradores da região que puderam contar um pouco sobre sua vivência no bairro, suas impressões, anseios e problemas cotidianos. Por fim, encontra-se as considerações finais do estudo e as referências bibliográficas utilizadas nesse trabalho.

CAPÍTULO 1.

APONTAMENTOS GERAIS SOBRE ÁREAS RIBEIRINHAS NO BRASIL: OS EXEMPLOS DA AMAZÔNIA, RECIFE E SANTOS

Com a expansão da população urbana das grandes cidades do Brasil e consequente aumento de sua extensão tem-se, cada vez mais, diminuído as distâncias entre o espaço urbano e o ambiente natural, ainda pouco habitado e antropizado. Por isso, percebe-se que ocupações em áreas de proteção ambiental passaram a ser recorrentes no país, ainda mais quando pensamos em grandes centros urbanos. Segundo Souza (2014, p.6) “Pressupõe-se que isto se deve à facilidade de acesso e proximidade, tanto da natureza quanto aos equipamentos urbanos das grandes cidades”. De acordo com a autora, podemos inferir que as ocupações desse tipo se localizam nessas regiões por terem uma relação de dependência com o meio ambiental natural, mas, ao mesmo tempo, necessitam das facilidades oferecidas pelas cidades, sobretudo o acesso a emprego e renda, e serviços básicos importantes, como saúde e educação.

É possível notar que as comunidades que são construídas nesses espaços possuem singularidades dentro do contexto das cidades, muitas delas relacionadas a uma resiliência imposta pelo lugar em que se habita, no sentido de se adaptar a condições nem sempre favoráveis para aquela ocupação. Ao mesmo tempo, reconhecer a casa e seus símbolos é também compreender a superioridade de sua dimensão em relação ao seu entorno, ou seja, aceitar a interferência direta que o ambiente natural gera na dinâmica das habitações. Assim, os limites internos da casa são superados, reconhecendo o seu entorno e criando com ele relações de reciprocidade, e assim, permitindo a possibilidade de se desenvolver uma atitude de cuidado. Dito isso, a cidade, enquanto contexto espacial desse entorno, passa a ser a “grande casa” (SANTOS, 1998, p.58). Logo, compreende-se a razão da transferência à cidade das emoções e sensações próprias da casa, da vida que nela se viveu, quase se sentindo na cidade o mesmo que se sente na casa. Para as pessoas residentes nessas áreas impróprias e esquecidas do restante do tecido urbano, essa percepção da cidade, como extensão de sua casa, ainda é utópica, já que a cidade não as faz sentir-se acolhidas por ela.

O bairro Arquipélago, que será estudado mais a frente nesse trabalho, está localizado em uma Unidade de Conservação mista, composta por uma Área de Proteção Ambiental e Parque Estadual. Por possuir uma completa caracterização e definição sobre seus usos e atividades permitidas, o bairro apresenta um conflito de interesses em razão da ocupação de moradores de distintas camadas sociais, as quais possuem diferenças na relação estabelecida com a área, nas atividades desempenhadas e na interpretação a respeito dessas leis e conceitos ambientais os quais definem a ocupação do bairro. Suertegaray (2003) afirma que a Geografia se diferencia das outras áreas do conhecimento, pois sempre buscou debater a relação que os homens estabelecem com o seu entorno natural:

“A Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs as demais ciências, que por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio.” (pp.45-46).

A fim de se melhor compreender essas relações e conceitos, trataremos de primeiramente definir o que são áreas ribeirinhas, bem como exemplificar outras existentes em algumas partes do território nacional.

1.1 O que são áreas ribeirinhas

Segundo o Decreto Federal nº 6.040,

“Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Decreto Federal nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2000)

O Decreto fez uma precisa definição a respeito dos povos e comunidades tradicionais (na qual enquadram-se as populações ribeirinhas), demonstrando a importância da organização e reconhecimento social dessa parcela da população, bem como uma relação direta com o território em que eles ocupam, estabelecendo quase que uma dependência com os recursos naturais existentes. A importância desse documento foi que pela primeira vez o Governo Federal reconheceu a existência de povos tradicionais e elaborou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ampliando o

reconhecimento a essa parcela da população que havia sido feito parcialmente na Constituição de 1988, com a menção aos indígenas e aos quilombolas. Assim, as políticas públicas decorrentes da PNPCT beneficiaram as populações tradicionais, que também incluem os faxinalenses, comunidade de "fundo de pasto", pantaneiros, caiçaras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, entre outros.

Quanto a definição de povos ribeirinhos, o Instituto Ecobrasil¹ afirma que são aqueles que residem nas proximidades dos rios e outros corpos d'água, têm a pesca artesanal como umas das principais atividades de sobrevivência, cultivam pequenas culturas para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas e de subsistência. Por habitarem em um local onde a dinâmica natural se impõe os ribeirinhos aprenderam a viver em um meio repleto de limitações e desafios.

A relação desses povos com mudanças naturais fez que eles adaptassem o seu cotidiano, seu modo de morar e de buscar meios para sua subsistência. Suas moradias são construídas utilizando a madeira como principal alternativa de construção, sendo a maioria das casas do tipo palafitas. Esse tipo de construção caracteriza-se por uma elevação em relação ao solo, o que facilita na ocorrência das constantes cheias dos corpos d'água do seu entorno e ainda utilizam tábuas para subir o piso nesses períodos de cheia. Muitas dessas casas não possuem energia elétrica, água encanada e saneamento básico.

Pensando no conceito de formação da identidade do ribeirinho, Castells (2002) afirma que a identidade é construída socialmente, e seu significado é determinado pelos motivos e indivíduos que a constrói. Segundo o autor, nesse processo de construção a identidade recebe-se elementos da história, da geografia, da biologia, e, principalmente, da memória coletiva e da cultura popular. Já Haesbaert (1997) reconhece que as identidades se situam sempre diante de um espaço simbólico, social e historicamente construído. Isso é um dos motivos que explicam a importância do convívio social para os ribeirinhos, da sua organização como comunidade (até mesmo pela criação de grupos de pescadores, por

¹ Instituto Ecobrasil. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos

exemplo), além da relevância do local que se habita que no caso dos ribeirinhos está na relação direta com a própria água.

O rio e outros corpos d'água possuem um papel muito importante na vida dos ribeirinhos, pois é através dele que são estabelecidas as ligações entre as localidades com a utilização de jangadas e barcos como meio de transporte, ou seja, os rios também exercem o papel da rua para essas localidades (pensando-se numa relação análoga ao modelo tradicional que conhecemos). Também são neles que os ribeirinhos executam uma das principais atividades que lhes proporciona fonte de renda e de sobrevivência que é a pesca. Sua relação diferenciada com a natureza faz deles grandes detentores de conhecimentos sobre aspectos da fauna e da flora, o uso de plantas medicinais, o ritmo e o caminho das águas, bem como aspectos relacionados a estações do ano e ao clima. Por isso, fica evidente que essa relação e convívio alimenta a cultura e os saberes tradicionais, que muitas vezes é transmitido por gerações, e acaba sendo tão importante quanto o conhecimento debatido e pesquisado nas universidades. Entretanto, muitas vezes, comunidades ribeirinhas convivem com o isolamento econômico e social, ficando à margem de uma série de políticas públicas e mecanismos de controle da qualidade de vida, o que resulta em uma série de problemas como acesso precário aos serviços básicos de saúde e educação. Uma das explicações para isso refere-se ao rápido processo de urbanização ocorrido no país.

Segundo Milton Santos, foi a partir dos anos de 1940-1950 que o processo de expansão das cidades articulou-se com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira (SANTOS, 1994). Especialmente na década de 1960, foi implementado um conjunto de estratégias explicitamente espaciais, designadas de políticas de urbanização, e cujo objetivo era “a reprodução ampliada do capital e de atender aos interesses geopolíticos” (DAVIDOVICH, 1995, p. 81). Nesse período ocorreu a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira: a taxa de urbanização passou de 31,2%, em 1940, para 67,6%, em 1980, ou seja, enquanto a população total triplicava, a população urbana crescia quase oito vezes.

Com o prosseguimento desse processo, os limites das áreas urbanas tiveram que se expandir, para abrigar essa população que aumentava expressivamente e, assim, ocorreu a ocupação de áreas naturais e impróprias para

habitação, através de assentamento informais, entre eles, as áreas ribeirinhas. Embora, alguma das áreas ribeirinhas já possuíam moradores anteriormente, foi nessa época que as localidades receberam um contingente populacional maior, uma vez que essas cidades cresciam e não havia espaço para todos. Ao mesmo tempo, essa população queria tirar proveito de algumas dessas localidades pela proximidade com os centros urbanos, por possuírem um maior número de empregos, oportunidade de renda e acesso a serviços básicos de saúde e educação. Isso pode explicar o início do crescimento da ocupação de áreas ribeirinhas próximas a centros urbanos consolidados.

Por conta dos aspectos geográficos, econômicos e ambientais do país, é na Amazônia que está a maior parte da população ribeirinha. Além das populações nativas, somam-se a esta categoria descendentes de migrantes do Nordeste do país. Contudo, há também outros exemplos de populações ribeirinhas em outras regiões do Brasil, como na cidade de Recife no estado de Pernambuco, Santos no estado de São Paulo e em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, área que será estudada com mais profundidade nesse trabalho.

1.2 Exemplos de outras áreas ribeirinhas no Brasil

A seguir, serão apresentados alguns exemplos de outras áreas ribeirinhas presentes em território nacional, além do Bairro Arquipélago no município de Porto Alegre, objeto de estudo desse trabalho.

1.2.1 Amazônia

Segundo Terezinha de Jesus, a descoberta da navegabilidade do rio Amazonas, conectando a imensa bacia Amazônica ao oceano Atlântico, logo no início da saga invasora (expedição de Francisco Orellana, 1541–1542, Freire, 1991), permitiu o contato entre os conquistadores e as civilizações autóctones que ocupavam suas margens. O rio Amazonas era o caminho para a conquista da Amazônia e o impacto da ação invasora atingiu mais imediatamente e em maior grau exatamente sobre as civilizações que ocupavam as margens do grande rio, a várzea (PORRO, 1995). Logo, compreende-se que as áreas ribeirinhas da Amazônia foram a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na região.

Essa região passou a ser mais ocupada alguns séculos depois, já na segunda metade do século XIX, quando muitos nordestinos deixaram seus locais de origem e seguiram para a Amazônia, buscando os empregos oferecidos nas empresas que atuavam no ciclo da extração do látex. Na década de 1950, com a crise da borracha, os seringueiros (aqueles que se dedicavam à extração desse material) ficaram sem alternativa de trabalho. A ausência de políticas públicas que tratassem da desmobilização desse contingente de trabalhadores fez que eles se espalhassem ao longo dos rios da floresta amazônica, a exemplo dos Rio Negro e Rio Amazonas, onde construíram suas moradias.

Os trabalhadores ribeirinhos se ocupam do extrativismo do açaí, buriti e cacau, além da plantação de milho, mandioca e a produção de farinha. Eles também praticam a pesca e fazem a confecção de produtos artesanais, como a peneira, e na olaria, com a fabricação de telhas de barro e vaso de cerâmicas. No Baixo Amazonas a denominação “ribeirinha” é relativizada, pois existe outra categoria, que muitos se identificam, “o varzeiro” (CANTO, 2007).

A questão ambiental deve ser pensada para essa localidade e para as demais, pois na Amazônia está acontecendo um grande índice de desmatamento para pastos ou para a agricultura, causando em alguns casos o assoreamento dos rios e a perda de árvores que são importantes para tais populações (SANTOS, SALGADO, PIMENTEL, 2012). Assim, entende-se o rio como importante para a cultura, história e geografia da região, pois é utilizado como via de transporte, lazer, referencial simbólico através de suas lendas e divindades e a obtenção para a sua subsistência e para a reprodução social de todas as comunidades ribeirinhas.

Figura 01 – Casas em palafitas e transporte náutico na Amazônia



a) Comunidade São Ezequiel Moreno/Pará |
Fonte: Raphael Medeiros | Ano: 2017

b) Transporte por barco | Fonte: Reprodução TV
Amazonas | Ano: 2014

1.2.2. Recife

O rio Capibaribe foi muito importante na história de Pernambuco e do Nordeste brasileiro, pois foi na sua várzea que se formaram os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, em virtude de seu solo de massapê, próprio para o cultivo. Seu curso também serviu de acesso para o Agreste e para o Sertão, onde se desenvolveu a pecuária extensiva. Nos dias atuais, o rio apresenta uma forte poluição em algumas de suas cidades, contaminado com derivados de produtos químicos industriais, lixo e esgoto.

Dentre as áreas urbanas distribuídas ao longo do rio Capibaribe, as transformações produzidas pela sociedade nas margens fluviais podem ser percebidas com maior facilidade nas paisagens das cidades médias e pequenas. Segundo Milton Santos, essas cidades pequenas podem ser conhecidas como cidades locais em que a dinâmica socioespacial se caracteriza, sobretudo, na permanência de relações primárias, especialmente com o meio rural e com a natureza (SANTOS, 1982, p. 15). Por essas cidades estarem mais conectadas com a natureza, a partir do momento que essa é modificada e alterada transforma-se, também, o próprio município.

Atualmente no Recife, as palafitas estão presentes em 59 comunidades com cerca de 32 mil pessoas. O rio Capibaribe corta a cidade passando por vários bairros e regiões importantes, com uma diversidade populacional significativa: locais com pessoas de diferentes classes sociais, as quais algumas vivem com alto poder aquisitivo e outras encontram-se em condições precárias, sem eletricidade,

água encanada e serviço de esgoto, evidenciando a desigualdade social extrema da cidade. Uma das regiões que mais apresentam casas de palafitas e população ribeirinha localiza-se no Bairro dos Coelhos.

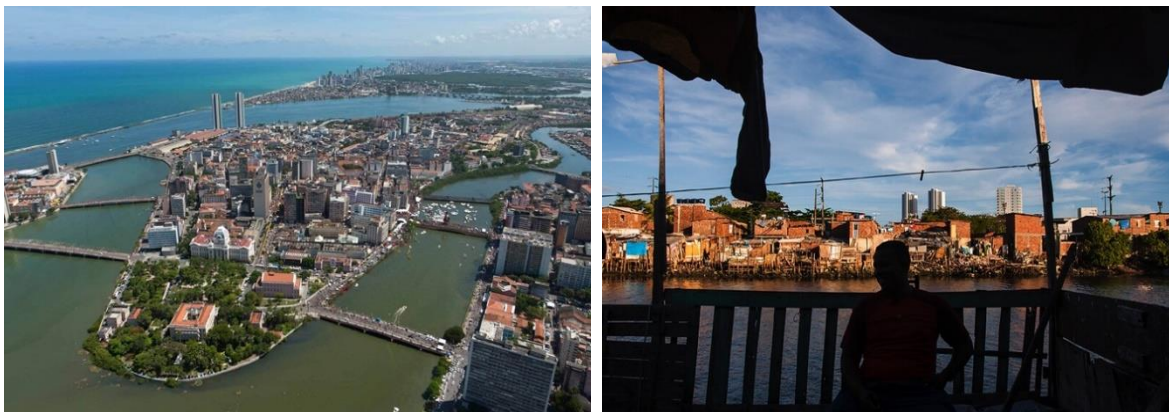
O Bairro dos Coelhos tem sua origem na época da ocupação da Cidade do Recife pelos holandeses, entre 1630 e 1664. Nessa época, no extremo sul da região da Boa Vista, existia o Cemitério dos Judeus. Em 1656, essa área foi doada a Henrique Dias pelo governador Francisco Barreto. Já em 1746, o local era uma propriedade de alto aproveitamento industrial, com a presença de um curtume. Em 1818, a região possuía uma grande casa de vivenda, um sobrado, uma capela, uma senzala e um sítio de árvores frutíferas (Sítio dos Coelhos), o que acabou nomeando futuramente o local. O bairro nasceu da imigração de pessoas oriundas da zona rural e outros bairros que se colocaram na campina dos Coelhos e parte da Ilha do Leite. Em 1958, iniciou-se a construção do centro social dos Coelhos. Foram construídos um colégio, um posto médico com atendimento odontológico, o chafariz, uma lavanderia e banheiros.

Em 1965, um grupo de voluntários passou a atuar na comunidade. Foi criada a comissão central dos Coelhos, no prédio do albergue, que funcionava como casa de apoio aos parentes dos presidiários da casa de detenção. Foi iniciado um trabalho de conscientização para a construção das moradias em alvenaria e saneamento básico da área. A comissão central e o conselho dos moradores conseguiram que em 1983, no Governo de Gustavo Krause, se iniciasse um projeto de urbanização (antes se pensava na remoção da população dos Coelhos).

Foram criadas as leis do PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) – que determina que na área não se possam construir prédios de dois andares e a ZEIS da qual essa comunidade hoje faz parte. Contudo, atualmente percebe-se que embora tenha sido criado mecanismos e ferramentas que buscavam ajudar a população que habitava a região, a sua situação e vulnerabilidade permanecem as mesmas. A área possui um território de 43 hectares e 7.633 habitantes, segundo dados da Prefeitura de Recife. Há cerca de 2.322 domicílios, com uma média de 3,6 moradores por domicílio, vivendo com

uma renda de menos de um salário mínimo (cerca de R\$ 898.41), conforme o Censo de 2010².

Figura 02 – Caminhos do rio Capibaribe em Recife



a) Vista aérea de Recife (Rio Capibaribe à direita) | Fonte: CITInova | Ano: 2020

b) Bairro dos Coelhos | Fonte: Diego Nóbrega | Ano: 2019

1.2.3. Santos

Na Baixada Santista, os manguezais ocupavam, inicialmente, 10% da área total da região, funcionando como filtro dos sedimentos carregados pelos rios e garantindo a estabilização dos processos de sedimentação do estuário e da Baía de Santos. Os manguezais têm extrema importância na manutenção da produtividade pesqueira, pois funcionam como um criadouro e berçário de diversas espécies marinhas (SANTOS, 1994). Contudo, as áreas de mangues começaram a diminuir e alterar suas características naturais na década de 50.

Nas encostas dos morros e na planície da Zona Noroeste de Santos situam-se vários assentamentos precários que, sobretudo após os anos 1950, com o processo de industrialização da região, tornaram-se a alternativa habitacional possível para as famílias, que migraram para a região em busca de empregos no Porto ou no polo industrial de Cubatão, município vizinho a Santos. Mais especificamente, o início da ocupação do Dique iniciou na década de 60, com um assentamento que se originou dos loteamentos que começavam a ser implantados naquela área da cidade, com a construção de barracos sobre o aterro do dique construído pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na

² CENSO Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em nov. 2021.

década anterior. Com o passar dos anos, os barracos se esparramaram tanto para o lado da terra, ocupando o canal interno do dique, como para o “lado da maré”, sobre as águas salobras dos rios dos Bugres e São Jorge, que desaguam no estuário de Santos.

O maior desses assentamentos é a favela do Dique da Vila Gilda, conhecida por ser a maior favela com palafitas do Brasil, com população estimada em 6 mil famílias ou 22 mil pessoas vivendo no local, com renda mensal máxima de um salário mínimo (COHAB, Santos, 2010). O Dique expandiu-se ao longo da margem do Rio dos Bugres, que faz divisa com o município de São Vicente, em, aproximadamente, quatro quilômetros. O solo desta região caracteriza-se pela sua elevada compressibilidade e baixa resistência. O Dique da Vila Gilda apresenta desequilíbrios ambientais e sociais: o esgoto não tratado é lançado no Rio dos Bugres, o abastecimento de água de qualidade precária, as palafitas construídas sobre o rio poluído e as enchentes são recorrentes.

A região passou por diferentes impactos ambientais. O primeiro ocorreu na década de 1950, com a construção do Dique e de canais de drenagem pelo antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), resultando num grande aterro hidráulico em toda extensão das margens do rio dos Bugres, com aproximadamente três metros de altura. Destruíu-se boa parte de sua vegetação à beira rio e transformou toda a região do antigo manguezal, que cobria praticamente toda a Zona Noroeste de Santos, em áreas públicas passíveis de ocupação por moradias (COHAB, Santos, 2007).

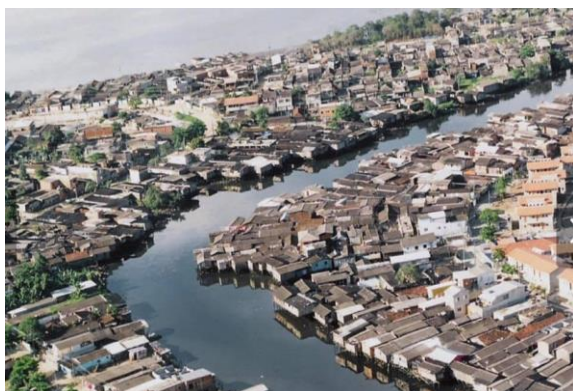
A parte alta denominada crista do Dique era plana para possibilitar a entrada das máquinas na construção do Dique e do canal interno de drenagem. Essa parte seca e plana do Dique possibilitou as primeiras ocupações, que se deram inicialmente, a partir de 1960, em toda a crista e posteriormente em direção ao meio do rio em casas sob palafitas causando o segundo fator de impacto do meio ambiente. Essas moradias contribuíram para a destruição do que restou de vegetação nativa e, por não disporem de rede de coleta do esgoto, acabaram por despejar os efluentes domiciliares diretamente nas águas do rio.

O terceiro fator de agressão ambiental foi causado pela instalação do Lixão Municipal do Sambaiatuba, em 1965, que ocupa boa parte da margem do rio, no lado de São Vicente. Por mais de 30 anos este foi o único depósito de lixo do

município de São Vicente, cerca de quatro mil toneladas diárias. Esses dejetos não possuíam qualquer sistema de tratamento do chorume, cobertura e barreira para impedir que, com o movimento das marés, as águas levassem parte desse lixo para dentro do rio. (COHAB, Santos, 2007).

Atualmente, a reciclagem é uma das atividades econômicas realizadas pelos moradores da região. Também é realizada a pesca de camarão, caranguejo e siri que deve ser realizada com barcos e longe das regiões próximas as margens. Como não existe tratamento de esgoto no dique, a área é poluída e os peixes que são capturados na região de margem, como parati ou a tainha, são impróprios para o consumo humano.

Figura 03 – ocupação ribeirinha em Santos



a) Vista aérea Vila Dique | Fonte: Stefan Lambaue | Ano: 2018



b) Moradora da Vila Dique | Fonte: Eduardo Anizelli/Folhapress | Ano: 2021

1.3 Paralelos entre as áreas ribeirinhas brasileiras

Primeiramente, percebe-se que nesses exemplos apresentados uma relação conflitante entre a ocupação e o meio ambiente. Pela falta de planejamento dos assentamentos (decorrente do aumento expressivo e rápido da população urbana), nota-se que esses povos ribeirinhos acabam também se expandindo rapidamente e, por isso, passaram a produzir suas habitações de forma desordenada e sem qualquer apoio das instituições do Estado para mitigar problemas graves de saneamento. Verifica-se que os primeiros assentamentos até possuem algum grau de regularidade, ocupando áreas planas, longe de corpos d'água e sem realizar grandes desmatamentos, mas, com o passar do tempo, observa-se que esse núcleo se expande, resultando numa relação de conflito com o meio ambiente presente no entorno.

Também se entende que as populações ribeirinhas detêm um grande conhecimento empírico, uma vez que o seu entorno, sobretudo a água, possui forte influência no seu cotidiano. Por isso, os ribeirinhos acabam por entender muito sobre as cheias dos rios, as estações do ano e épocas de chuva, os melhores materiais de construção e tipologias de habitação para esse entorno, e conhecimento sobre a flora e fauna próprios desse local. Sobre isso, pode-se também falar sobre a pesca e o artesanato que são muito presentes nessas comunidades. A pesca acaba sendo uma alternativa de renda quase que óbvia, uma vez que esses locais possuem uma abundância grande de água e, por isso, uma quantidade vasta de espécies de peixes. Contudo, a poluição proveniente do esgoto jogado muitas vezes diretamente nos rios e lagos, acaba prejudicando muito essa atividade. Além disso, muitos desses locais acabam servindo de aterros sanitários, o que acaba também por poluir os solos e água. Por causa da existência desses aterros, a coleta de lixo e reciclagem também é uma das atividades desempenhadas pelas populações ribeirinhas.

O artesanato acabando sendo um aliado da pesca, não apenas pelo aproveitamento de restos dos peixes e outros animais marinhos (como as escamas e conchas, por exemplo), mas também pela manipulação e utilização de elementos únicos da flora presentes nesses locais, bem como pela perpetuação dos saberes e conhecimentos tradicionais, transmitidos por gerações. Da mesma forma, a pesca e o artesanato aparecem com grande relevância nessas regiões uma vez que estão muito conectados com o local, com uma ideia de que a população pode conseguir seu provento de maneira natural e do que o meio ambiente oferece.

CAPÍTULO 2.

CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO ARQUIPÉLAGO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

O Bairro Arquipélago possui localização privilegiada: está situado no acesso à cidade de Porto Alegre, sendo local de passagem para quem chega através da RS 116, oriundos do Sul do estado. Tem inúmeros pontos atrativos próximos, como o aeroporto de Porto Alegre, a ponte sobre o Lago Guaíba, o estádio de futebol do Grêmio, o quarto distrito da cidade e o Cais do Porto. A área possui um potencial natural significativo: faz parte do Parque Estadual do Delta do Jacuí, apresentando áreas de preservação e contemplação ambiental. A presença dos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí, cujas águas formam o lago Guaíba é muito forte no local, gerando locais singulares na cidade e gerando novas formas de interação entre o meio ambiente e Porto Alegre. O complexo de ilhas que formam o Arquipélago são:

Tabela 01 – Ilhas do Arquipélago

NOME DA ILHA	MUNICÍPIO DE JURISDIÇÃO
Ilha da Casa da Pólvora	Porto Alegre
Ilha da Pintada	
Ilha das Balseiras	
Ilha das Flores	
Ilha das Pombas	
Ilha do Chico inglês	
Ilha do Cipriano	
Ilha do Lage	
Ilha do Lino	
Ilha do Oliveira	
Ilha do Pavão	
Ilha do Serafim	
Ilha Grande dos Marinheiros	
Ilha Humaitá	
Ilha Mauá	
Ilha das Garças	Canoas
Ilha da Figueira	Eldorado do Sul

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre

A área do Arquipélago compreende todas as ilhas da tabela e o município de Porto Alegre possui a jurisdição de 16 delas (15 já citadas anteriormente e uma que não possui nome – por ser uma ilha temporária, suscetível ao nível da água) e são essas que formam o Bairro dentro do município. Há ainda outras duas ilhas que embora façam parte do complexo de ilhas do Arquipélago, não fazem parte do Bairro, uma vez que são pertencentes a outros municípios (Canoas e Eldorado do Sul). As cheias recorrentes paralisam anualmente diversas atividades que acontecem no local: as habitações ficam inundadas, as estradas submersas e intransitáveis, os equipamentos de uso público fechados e as atividades de pecuária são transferidas para áreas seguras em terrenos mais altos.

Figura 04 – Pontos de enchentes no Arquipélago

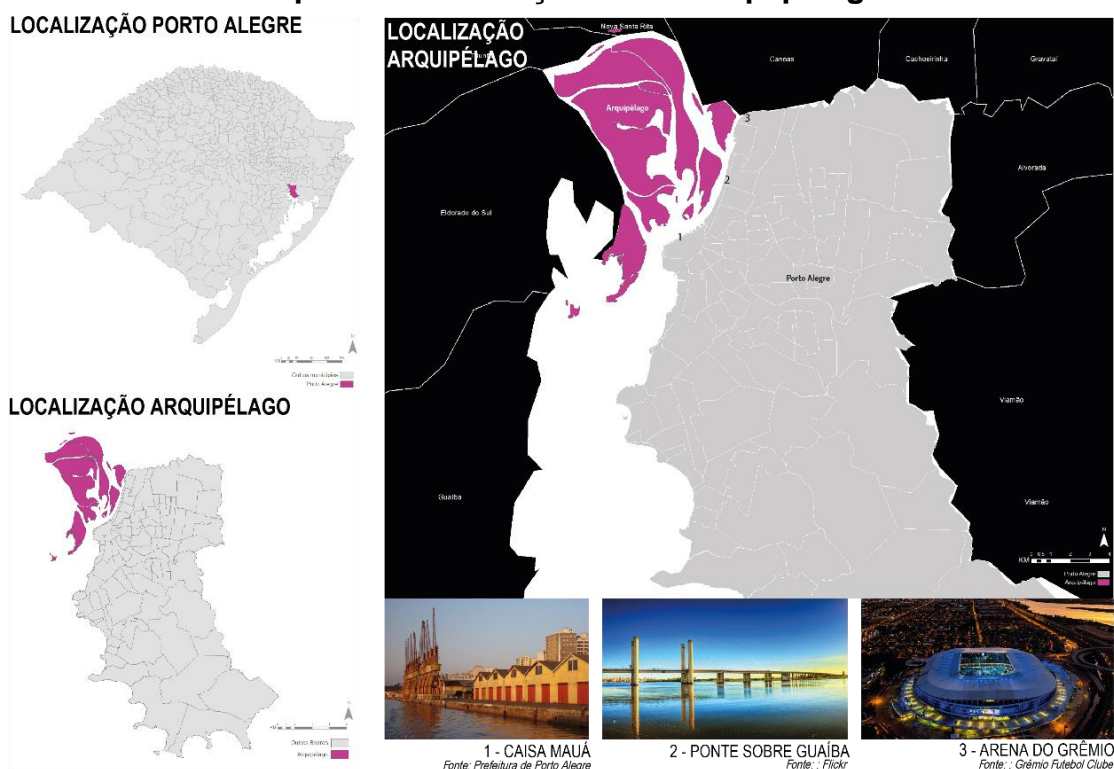


Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de Porto Alegre | Ano: 2016

Estes fatos evidenciam não só a precariedade da maioria das habitações existentes, como também a necessidade de disciplinar a ocupação das ilhas

através de um regramento com normas e regulamentos urbanísticos entre os assentamentos e os recursos naturais do local.

Mapa 01 - Localização Bairro Arquipélago



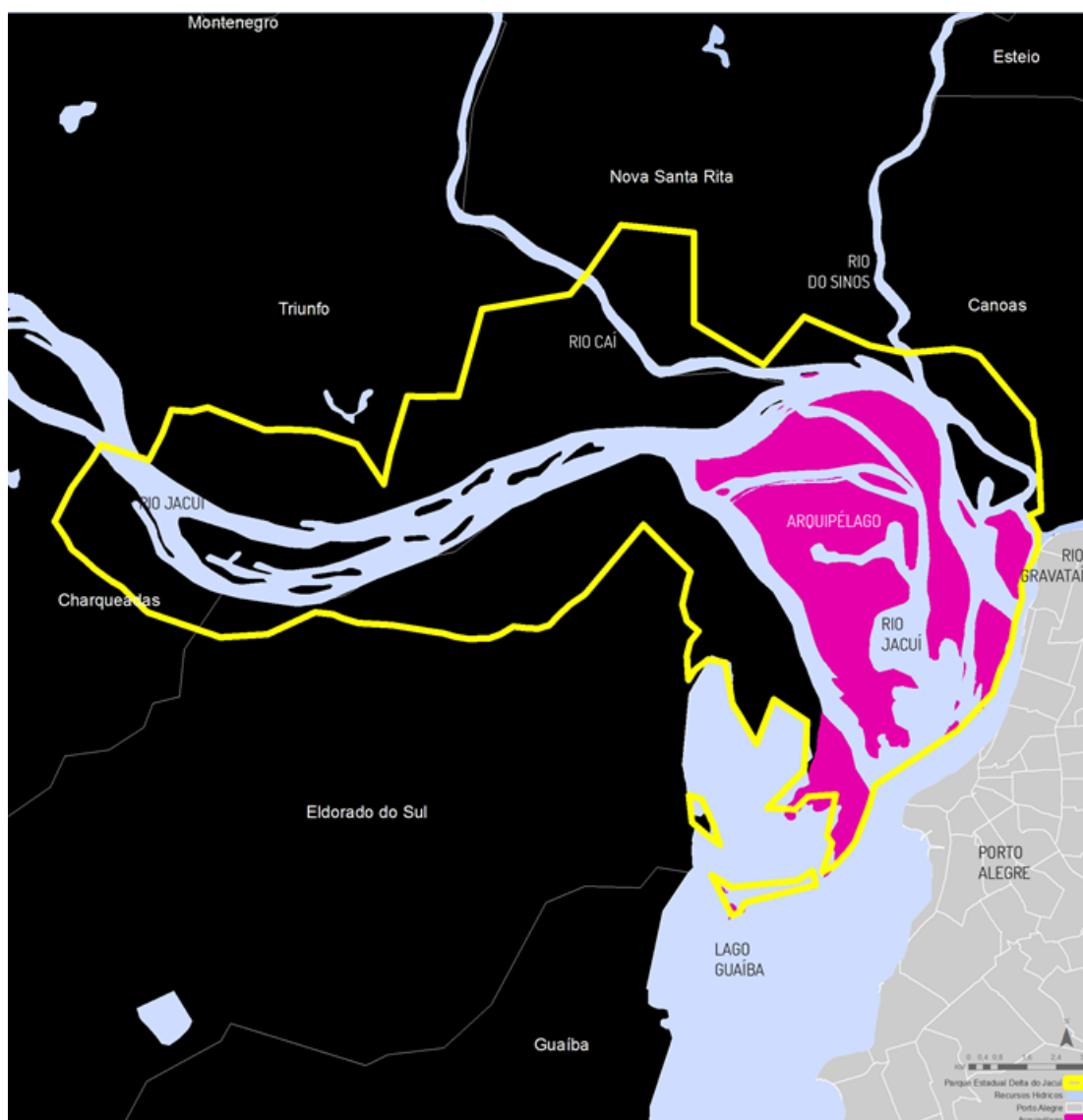
Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de Porto Alegre | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

A ocupação no Delta iniciou no século XX nas ilhas da Pintada e Flores estendendo-se, em seguida, para as demais ilhas. Até a década de 50, sua importância econômica deveu-se, principalmente, às atividades pesqueiras e agrícolas, suprimindo as necessidades da Porto Alegre da época. Porém, com o crescimento da cidade, essas atividades perderam importância no cenário municipal o que ocasionou uma desvalorização delas. Outros aspectos referentes à modernização do município e o seu crescimento também retiraram importância do local.

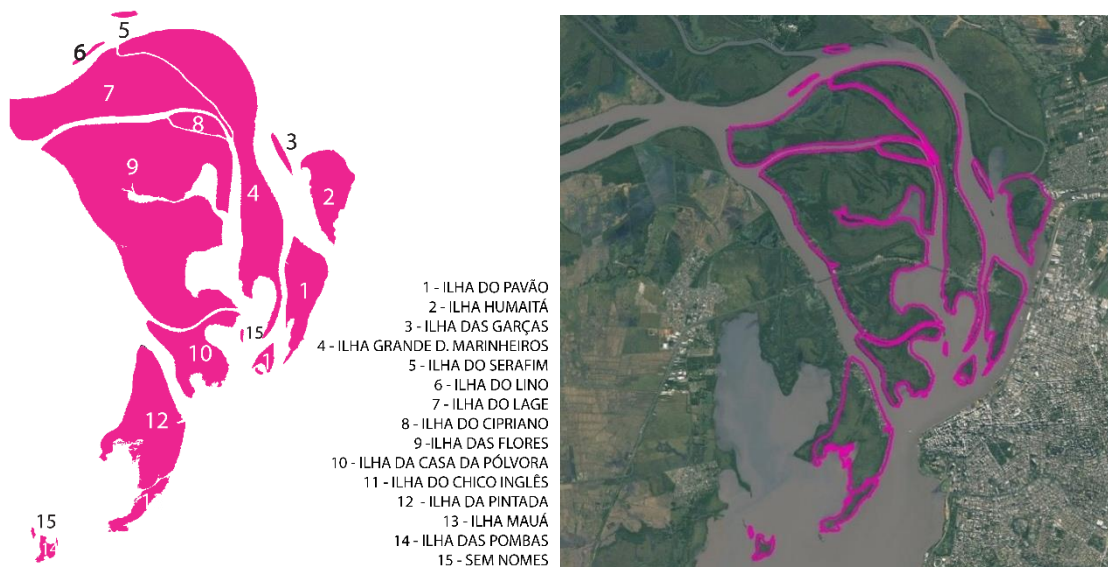
As ilhas possuem 90% de sua área constituída em banhados, solos úmidos e alagadiços. Por isso, elas funcionam como uma “esponja” que age como um filtro natural com a capacidade de filtrar e armazenar as águas oriundas do rápido escoamento dos rios do Delta do Jacuí (Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí), protegendo Porto Alegre das enchentes.

Atualmente, a forma de ocupação em cada uma das ilhas é muito heterogênea, influenciada pela facilidade de acesso representada pela Travessia Regis Bitencourt. Entretanto, a criação dessa estrada e da primeira ponte sobre o Guaíba foi benéfica e prejudicial ao mesmo tempo. Se por um lado esta ligação rodoviária entre as ilhas e o continente possibilitou as pessoas exercerem atividades no mercado de trabalho mais diversificado, por outro, essa situação resultou em vários problemas ambientais em função da ocupação urbana desordenada em áreas impróprias.

A Ilhas Grande dos Marinheiros, das Flores, Pavão, Mauá e da Pintada concentram aproximadamente 90% da população das ilhas, pois são as que possuem as melhores condições de acesso terrestre, já as outras ilhas só são acessadas com embarcações. Nas três primeiras, as vilas populares apresentam precariedade de infraestrutura urbana, ocupadas na sua maioria por população de baixa renda. As residências são típicas de regiões alagáveis, com casas de madeira construídas sobre palafitas ou aterros feitos pelos próprios moradores. Já grande parte das habitações na Ilha da Pintada são de alto padrão, abrigando na maioria dos casos casas de final de semana e veraneio. Outra exceção se apresenta junto a Rua dos Pescadores na Ilha das Flores que tem habitações com padrões elevados, aproveitando-se dos potenciais paisagísticos do local.

Mapa 02 - Localização Bairro Arquipélago e Parque Delta do Jacuí

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

Mapa 03 - Ilhas que formam o Bairro

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Google | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

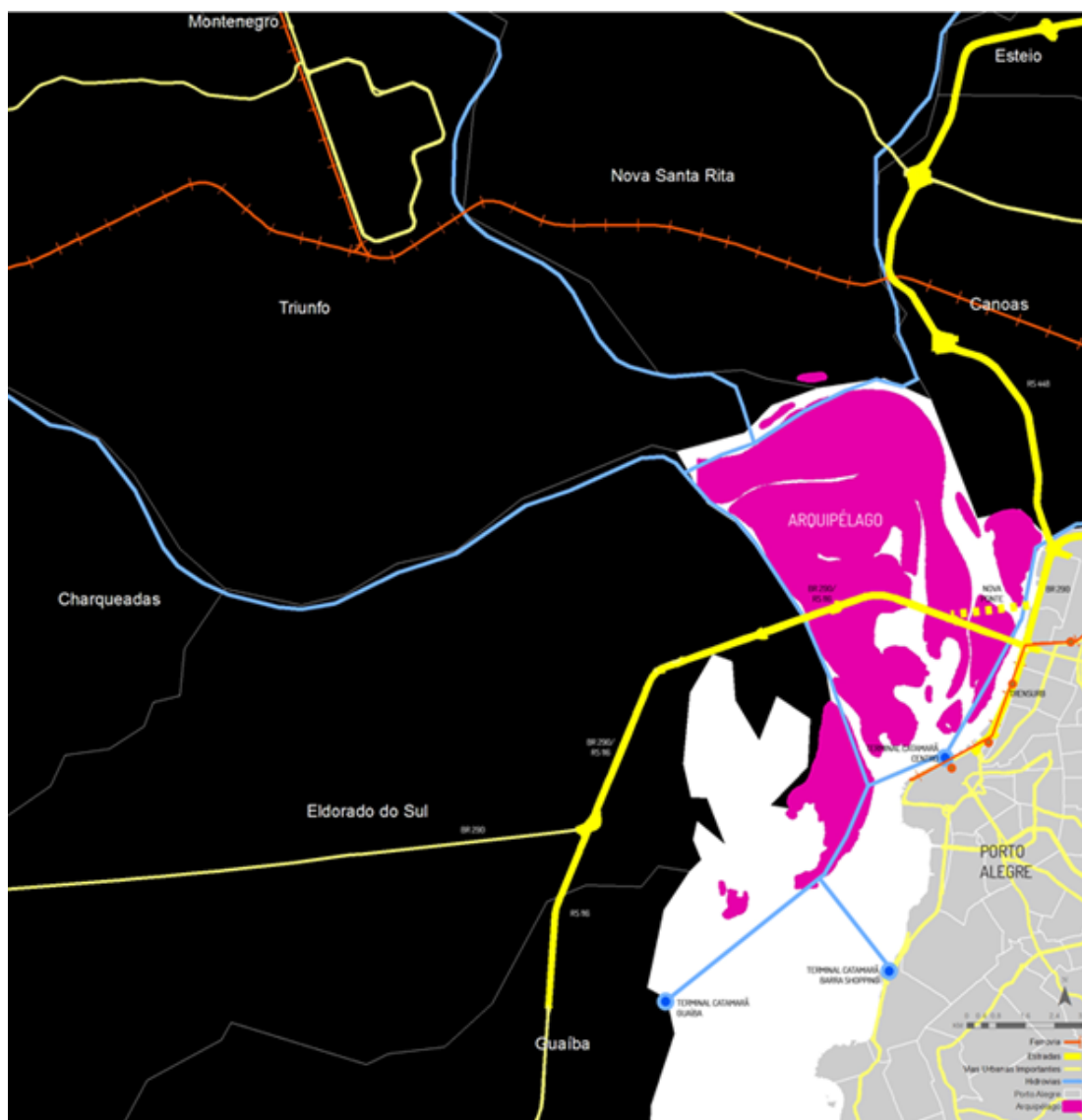
A Ilha Grande dos Marinheiros é uma das ilhas com maior concentração populacional na região e que apresenta sérios problemas sociais. Na parte Norte, a ocupação desordenada degrada uma zona protegida ambientalmente. O precário padrão construtivo, a falta de saneamento e de sistemas de drenagem da água, a falta de ventilação nas áreas mais densas e o acúmulo de lixo geram precariedades nas condições de vida dos habitantes locais.

Com a finalização da construção da segunda ponte sobre o Lago Guaíba, boa parte das famílias foram realocadas em outras áreas da cidade e muito distantes do local. A obra passou por uma das áreas mais densas de ocupação da ilha, ocasionando nesse reassentamento. Outros problemas encontrados por moradores da Ilha Grande dos Marinheiros é a falta de renda. Muitos vivem da pesca e da reciclagem, porém, com a proibição da circulação de carroças na cidade, a reciclagem sofreu forte impacto negativo e a pesca tem se tornado escassa ao longo dos anos.

Mapa 04 - ocupação – Ilha Grande dos Marinheiros

Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

Mapa 05 - sistema viário e infraestrutura

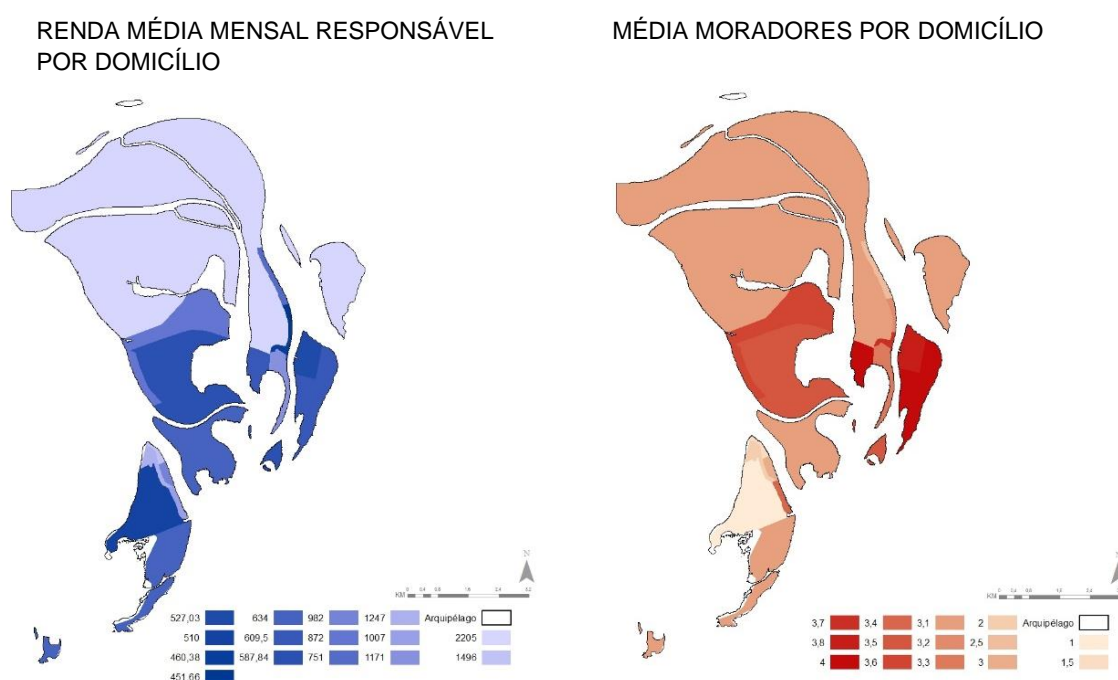


Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

2.1 Caracterizações e perfil do Bairro Arquipélago

A população do Bairro Arquipélago é de 8.330 habitantes, segundo dados do Censo 2010, estabelecidos em 2.850 domicílios. Na sua maioria, ela é de baixo poder aquisitivo, sendo que a renda gira ao redor de 1-2 salários-mínimos por família. O grau de escolaridade também é baixo e a grande maioria não possui nem o primeiro grau completo. Entretanto, é possível notar uma grande disparidade de perfil, com a presença de pessoas com renda e qualificação elevadas em regiões da Ilha da Pintada e da Ilha Grande dos Marinheiros.

Mapa 06 – perfil moradores da ilha



O Delta do Jacuí está situado na porção centro-leste do estado do Rio Grande do Sul. Ocupa uma área aproximada de 210 km², incluindo-se nesse total rios, canais, sacos e terras emersas. Ele está distribuído numa área de cinco municípios da Região Metropolitana – Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul. O sistema de abastecimento de água inicia-se na Ilha da Pintada que fornece água potável para as 16 ilhas do bairro Arquipélago: a ilha é abastecida a partir de um reservatório e as demais ilhas, por meio de *booster* instalado sob a ponte do rio Jacuí. O Sistema de Esgotamento Sanitário - Sistema

Ilhas (SES ILHAS), deveria atender as ilhas dos Marinheiros, Pavão, Flores e Pintada. Contudo, sua área de abrangência é de apenas 41,39 quilômetros e concentra-se na ilha da Pintada e não possui estação de tratamento. Sendo assim, a maioria dos efluentes lançados diretamente no sistema pluvial.

O Bairro Arquipélago é composto de 16 ilhas e faz parte do município de Porto Alegre. Localizado dentro do Parque do Delta do Jacuí é uma importante área em termos ambientais e está localizada em uma área estratégica (porta de entrada da cidade) e com potenciais paisagísticos relevantes. A ilha Grande dos Marinheiros está localizada no km 98 da BR-290 (Travessia Regis Bittencourt).

2.2 Formação do bairro arquipélago

A partir da análise de vestígios arqueológicos acredita-se que a primeira ocupação humana no Arquipélago ocorreu no século XVI quando índios Guaranis passaram a habitar essa área. Com o processo de aumento populacional no Rio Grande do Sul, principalmente em locais próximos a centro urbanos, os índios obrigaram-se a buscar outras regiões do Estado. Também se acredita que a área tenha sido local de moradia de escravos. Segundo os moradores antigos do Arquipélago, no século XVIII as ilhas Saco do Quilombo, Maria Conga também chamada Ilha do Quilombo (atual Ilha das Flores) e Maria Majolla abrigaram seus ancestrais.

Porém, foi no ano de 1752 que as primeiras famílias açorianas chegaram no local, a partir de um núcleo na Ilha da Pintada e das Flores e que posteriormente se estendeu às demais. No início do século XIX, as Ilhas abasteciam o centro de Porto Alegre com diversas culturas, entre elas, hortaliças e peixes. Contudo, no final daquele século, a pesca assumiu o posto de principal atividade econômica na região.

A construção da ponte, no final da década de 1950, sobre o Lago Guaíba, ligou o Sul do estado e Porto Alegre (sem a necessidade de se utilizar mais as balsas). Ela também garantiu um novo acesso por terra à Ilha Grande dos Marinheiros e demais ilhas do Delta, o que ocasionou um acréscimo populacional significativo no Arquipélago, principalmente na Ilha das Flores, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha da Pintada e Ilha do Pavão.

Oficialmente, o bairro Arquipélago foi constituído pela lei nº 2022 de 07/12/1959 com um total de dezesseis ilhas, sendo duas pertencentes a outros municípios (Ilha das Garças a cidade de Canos e Ilha da Figueira a cidade de Eldorado). Em 1976, o Arquipélago foi incluído no Parque Estadual do Delta do Jacuí e, em 1979, o governo Estadual institui o Plano Básico do Parque com o objetivo de disciplinar a ocupação e evitar a degradação ecológica, e a administração do bairro ficou a cargo da Fundação Zoobotânica.

Atualmente, foi criada uma legislação para o Delta do Jacuí, o Plano de Manejo que busca uma ocupação mais sustentável. O perfil populacional dos habitantes do Bairro é de população de baixa renda, tendo a pesca e a reciclagem ainda importância na economia local.

2.3. Caracterização dos Núcleos Ocupados no Arquipélago

Somente a ilha da Pintada, Ilha Mauá, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores e Ilha do Pavão possuem núcleos de ocupação humana. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre – PDDUA, inclui a Ilha da Pintada na Área de Ocupação Intensiva (AOI) e as demais na Área de Ocupação Rarefeita (AOR), Macrozona 09, ou seja, área de preservação do patrimônio natural.

2.3.1 Ilha da Pintada

A ilha da Pintada possui 1.163 domicílios e 3.274 habitantes (IBEGE, Censo 2010). Apresenta as melhores condições de moradia e acesso aos serviços públicos e privados que as demais ilhas do bairro Arquipélago, possuindo Centro Administrativo Regional das Ilhas – CAR-ILHAS, representando a Prefeitura de Porto Alegre. Conta com quatro escolas (1 pré-escola, 2 de ensino fundamental e 1 de ensino médio) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de média complexidade. Possui transporte coletivo regular por meio de uma linha de ônibus (718/Ilha da Pintada), conectando a região ao centro de Porto Alegre.

O comércio e serviços é bem estruturado, com supermercados, lojas, farmácias e restaurantes. A pesca é uma atividade muito presente na Ilha sendo representada por duas instituições: Colônia de Pescadores Z5, onde são realizadas feiras e um restaurante; Cooperativa de Pescadores da Ilha da Pintada

(COOPEIXE), responsável pelo beneficiamento e a comercialização do pescado, com uma banca própria no Mercado Público de Porto Alegre (Banca 63). A sobra das escamas dos peixes vendidos é utilizada no artesanato por um coletivo de mulheres do Grupo ART'ESCAMAS e na Associação dos Amigos, Artesãos e Pescadores da Ilha da Pintada (AAAPIP). Há também na Ilha o Estaleiro ECNAV que opera uma frota de 15 rebocadores no Guaíba e realiza a manutenção de muitas embarcações. Na localidade há duas marinas: Marina Malibu, com capacidade para 30 barcos, e Marina Jet Club, com capacidade para 50 embarcações.

Figura 05 – Ilha da Pintada



a) Vista rua com colônia de pescadores a esquerda | Fonte: Plano de Manejo do Delta | Ano: 2015

b) Barcos na Ilha da Pintada | Fonte: Plano de Manejo do Delta | Ano: 2014

2.3.2 Ilha Mauá

A Ilha Mauá está ligada à ilha da Pintada por uma ponte de madeira, por isso é considerada um anexo ao extremo sul igualmente considerada como Área de Ocupação Intensiva. Na ilha Mauá está situada a sede administrativa do Parque Estadual do Delta do Jacuí e da APA Estadual do Delta do Jacuí, geridos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A ilha Mauá forma junto com a ilha da Pólvora um único setor censitário do IBGE (2010), apresentando uma população de 208 pessoas residentes distribuídos em 73 domicílios. A população é totalmente dependente da infraestrutura instalada na ilha da Pintada, tanto em relação às atividades econômicas, como à educação, à saúde, ao sistema de abastecimento de água e coleta de lixo. Na ilha Mauá não há rede de esgotamento sanitário.

2.3.3 Ilha Grande dos Marinheiros

A Ilha Grande dos Marinheiros está situada na região centro-leste da APAEDJ, ao lado direito da BR-116. Apresenta dois tipos de ocupação: um estabelecido na parte norte, com características de aglomerado subnormal e outra ocupação na parte sul, formada por residências de alto padrão construtivo. Possui população residente de 2.714 pessoas em 961 domicílios, porém também está incluído em parte do seu setor censitário a ilha das Flores.

A população do norte da ilha possui alta densidade e esta estabelecida de forma irregular e precária, em Áreas de Preservação Permanente (200 famílias) nas margens do rio Jacuí e na faixa de domínio da BR 116/290 (346 famílias), segundos dados do Plano de Manejo do Delta do Jacuí. Esta população concentra muitas aglomerações subnormais, com problemas de esgotamento sanitário, abastecimento de água e energia (com um número significativo de instalações elétricas irregulares) e grande acúmulo de dejetos.

No norte da ilha há escolas apenas para o ensino fundamental, duas creches administradas pelo Centro Social Marista, uma unidade de saúde e um Posto da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). A comunidade não conta com posto policial e não há linhas de transporte coletivo. Entre os pontos importantes existentes no local, pode-se citar: Centro Comunitário AVESOL, a Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre, o Clube de Mães Unidas, a Cooperativa dos Papeleiros – COOPAL, Centro Social Marista Aparecida das Águas, além de uma quadra de futebol coberta e a Sede Recreativa do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

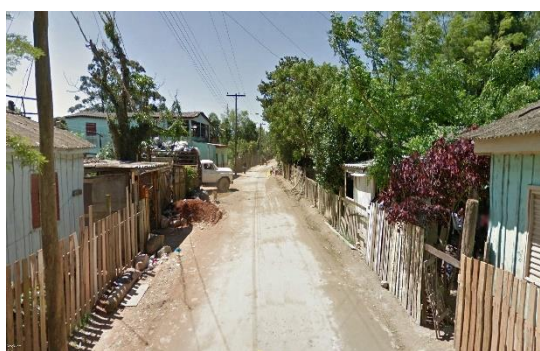
A principal atividade econômica desenvolvida na localidade é a reciclagem de lixo. Segundo o Plano de Manejo do Delta do Jacuí, existem 248 pessoas organizadas na Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre, para a gestão dos resíduos sólidos como fonte de renda da comunidade. Contam uma Unidade de Triagem (UT), em convênio da Associação com a Prefeitura de Porto Alegre e sete galpões de reciclagem localizados na parte norte. A pesca também possui importância na região, bem como o artesanato e o comércio local. No sul da Ilha o padrão construtivo é melhor, possuindo residências com renda elevada. As condições da infraestrutura são melhores, já que membros da Associação dos

Moradores da Ilha Grande dos Marinheiros Sul fazem a manutenção periódicas de forma coletiva e com recursos próprios.

Figura 06 – Ilha Grande dos Marinheiros



a) Situação de enchente | Fonte: Renee Hass | Ano:2016



b) Rua da ilha | Fonte: Google Earth | Ano: 2016

2.3.4 Ilha das Flores

A ilha das Flores está localizada na região central da APAEDJ, junto à margem direita da BR-116/290. Possui significativa presença de empreendimentos ligados ao setor náutico. Apresenta áreas com ocupação humana mais ordenada, com unidades habitacionais adequadas para moradia e outras com alto padrão construtivo e um núcleo pequeno de ocupação desordenada, com moradias inadequadas. Possui 1.430 residentes em 470 domicílios (excluindo inseridos no setor censitário da ilha Grande dos Marinheiros), segundo dados do Plano de Manejo de Delta do Jacuí.

Há uma escola pública de ensino fundamental e uma creche comunitária, mas não há estabelecimentos de saúde. O acesso ao transporte coletivo se dá nos terminais junto à BR-116/290, onde não há passarela para travessia de pedestres. Os equipamentos culturais de lazer resumem-se em uma praça de recreação infantil e um campo de futebol de várzea, que são públicos e situados na Faixa de Domínio da BR-116/290, além de uma nautiescola de caráter privado. Há também um pequeno comércio local, com presença de armazéns, padarias, estabelecimentos para venda de produtos alimentícios. Existe no local também a Associação dos Ilhéus Ecológicos, na qual são desenvolvidas oficinas de costura, artesanato e atividades culturais.

As atividades econômicas mais importantes na ilha estão ligadas ao turismo e ao lazer, vinculadas às marinas e clubes aquáticos privados, localizados na área

de ocupação humana ordenada, com alto padrão construtivo, na Rua dos Pescadores, entre a margem do rio e a pista (área de APP).

Figura 07 – Ilha das Flores



a) Vista rua sem calçada | Fonte: Google Earth
| Ano: 2016



b) Situação de enchente | Fonte: Jornal Zero
Hora | Ano: 2016

2.3.5 Ilha do Pavão

A ilha do Pavão está localizada na área leste da APAEDJ, junto às margens da BR-116/290. Possui na maioria dos casos domicílios inadequados para moradia, caracterizando-se, como aglomerado subnormal. Há também presença de alguns domicílios esparsos na margem leste no canal Navegantes e no extremo norte da ilha. No extremo sul, localiza-se a sede náutica do Grêmio Náutico União e na parte norte, a Sociedade Ginástica Navegantes São João. Segundo o IBGE (2010), na ilha do Pavão há 704 residentes em 183 domicílios. O abastecimento de água é feito através de caminhão pipa. Possuem uma creche e uma Unidade Básica de Saúde.

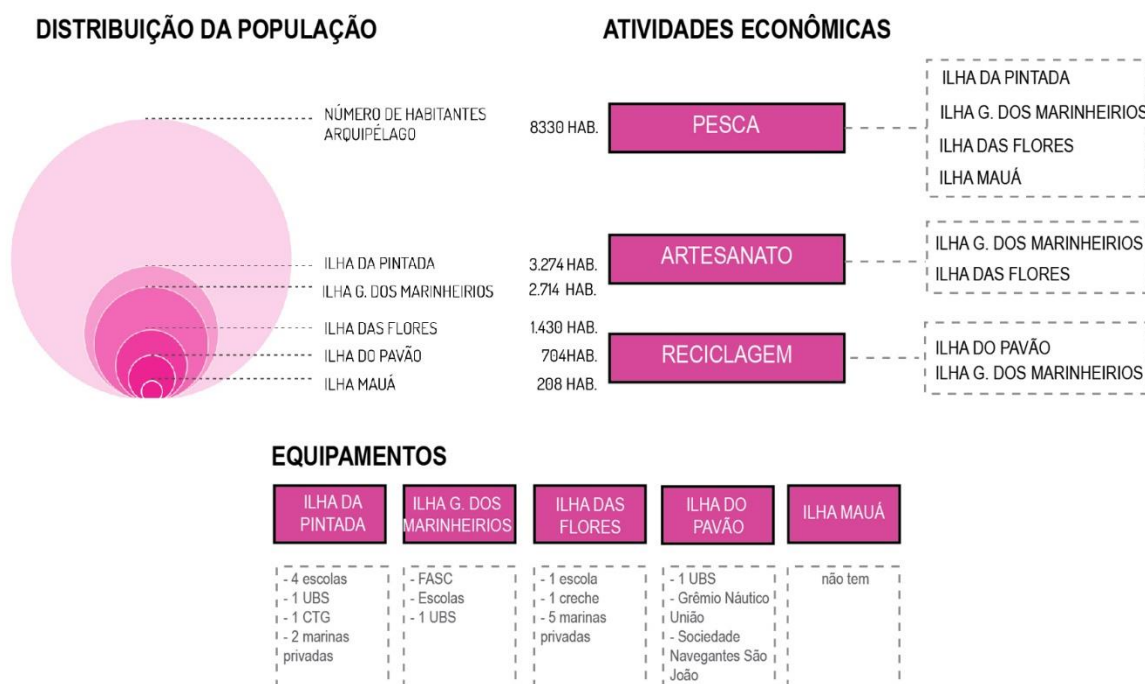
Figura 08 – Ilha do Pavão



a) Sede do clube privativo | Fonte: Studio
Aronis | Ano: 2015



b) Orla | Fonte: Plano de Manejo do Delta |
Ano: 2015

Figura 09 - diagramas síntese – núcleos urbanos ocupados

Fonte: IBGE e Prefeitura de Porto Alegre | Graficação: Eduardo Zdanowicz

2.4 Dinâmica ambiental regional em que se insere o Bairro Arquipélago

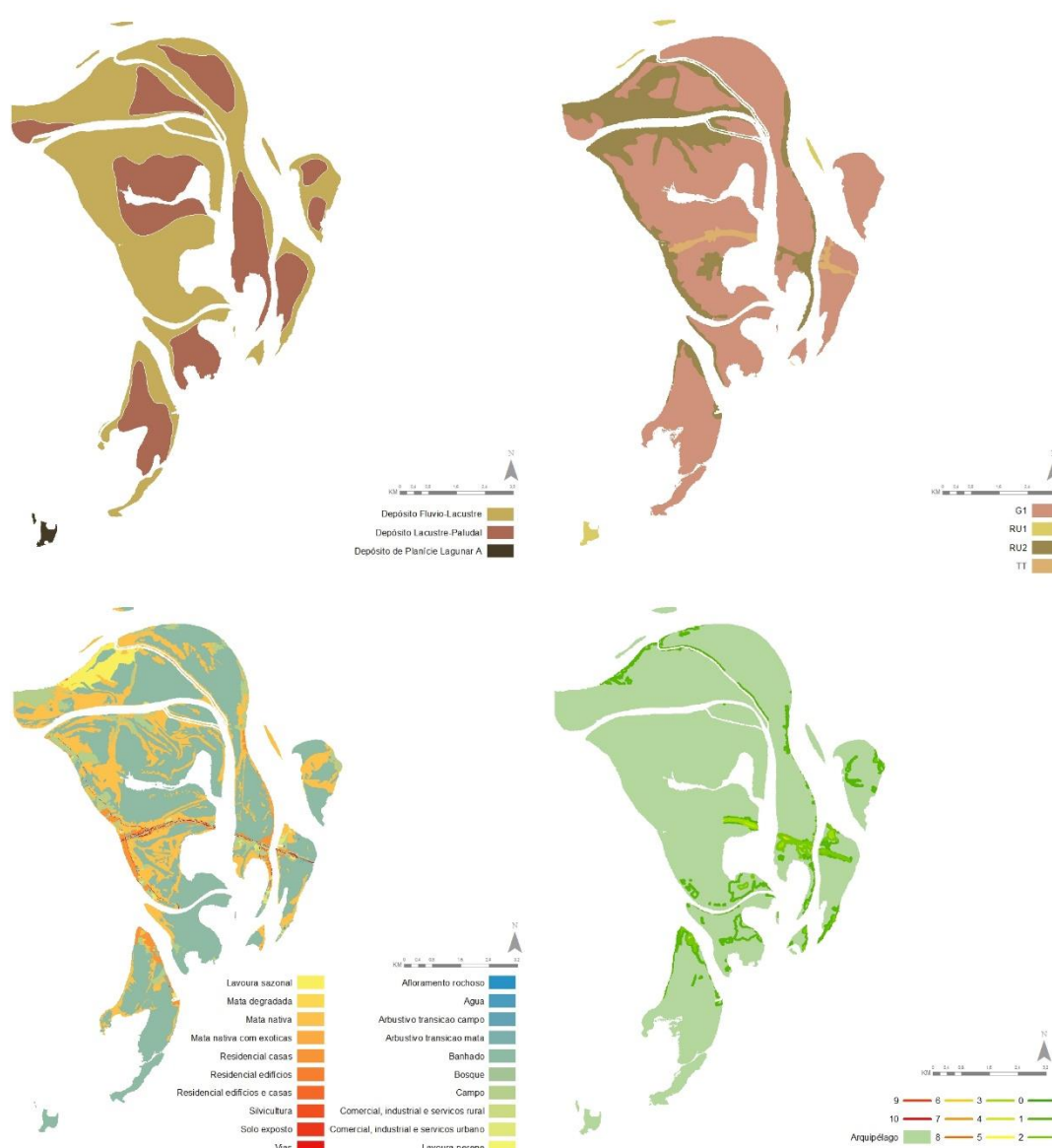
O Delta do Jacuí é uma das mais importantes áreas úmidas do Rio Grande do Sul, pois possui imensa biodiversidade e cumpre importante papel na dinâmica ambiental regional. Localiza-se na foz dos rios Jacuí, Sinos, Caí e Gravataí na porção norte do lago Guaíba. Este último está ligado a Laguna dos Patos.

Esse local é importante para o meio ambiente da região, já que as ilhas servem como um imenso filtro retendo grande parte da poluição trazida pelos rios, o que colabora com a melhoria da qualidade das águas do lago Guaíba que abastece o município de Porto Alegre. As ilhas também servem como uma imensa esponja em épocas de chuvas intensas, pois a posição delas em frente a desembocadura dos rios retém em seu solo grande parte das águas, liberando-as gradativamente. Essa característica é muito importante na prevenção enchentes, muito comuns no início da primavera, quando o vento predominante é o de sul, gerando um barramento da água e aprisionando grandes volumes na região do delta.

A carga aluvial dos rios formadores do Delta se deposita formando diques. Na área interna das ilhas há uma redução na energia de movimentação da água

acelerando o processo de colmatação e a fixação de vegetal, dando origem aos chamados banhados. Estes diques que ficam nas margens das ilhas são as áreas prioritárias na ocupação, pois tem potenciais paisagísticos muito elevados, porém a sua ocupação afeta a dinâmica ambiental e tem como consequências o agravamento das cheias. A mata ciliar, por exemplo, localizada de maneira predominante nas bordas da ilha, exerce uma função de proteção em relação ao assoreamento, porém tem sido destruída, no processo de ocupação.

Mapa 07 - aspectos ambientais da área



Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

2.5. Condicionantes Legais

Na sequência desse subitem, seguem alguns dados e informações, referentes a legislações e outros aspectos de ordem política que tem algum tipo de interferência na área, buscando se fazer uma análise deles, bem como encontrar impactos e reflexos deles no Arquipélago.

2.5.1 Parque Estadual e APA

O Parque Estadual Delta do Jacuí é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, com administração da Divisão de Unidades de Conservação do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas/SEMA RS. Parques Estaduais possuem o objetivo é manter ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, permitir apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; ou seja, que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. O Parque Estadual do Delta do Jacuí é um complexo hídrico formado pelos rios Caí, Sinos, Gravataí e Jacuí, que desembocam no Lago Guaíba. Essa junção forma o arquipélago composto por 30 ilhas e áreas continentais. São 14.242,05 hectares de proteção integral.

Criado em 1976 e ampliado em 1979, ocupa uma área de 17.245 hectares. A criação do Parque Estadual Delta do Jacuí e a execução do Plano Básico do Delta do Jacuí (PLANDEL) em 1979 ignoraram completamente a participação popular e a presença de atividades humanas já pré-existent no local. Com isso, ocorreu uma divergência significativa entre a ocupação no local e o zoneamento proposto no documento, o que ocasionou na inadequação e consequente desatualização dos documentos, o que pode ser observado, por exemplo, na presença de habitações em áreas inadequadas, como aquelas que ocupam as regiões de orla que são mais suscetíveis as enchentes.

Em 2005, o Parque Estadual Delta do Jacuí teve seus limites redefinidos quando foi criada na região uma Área de Proteção Ambiental (APA) nos núcleos densamente povoados. O objetivo da criação dessa área é de disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, a fim de preservar a diversidade da fauna e flora do local e diminuir os impactos da atividade humana às características ambientais da área, mantendo o conjunto paisagístico e

cultural regional. Áreas de Proteção Ambiental, também chamadas de APA, objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Essas áreas permitem a ocupação humana, porém de maneira sustentável. A Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, constituída de terras públicas e privadas, com 22.826,39 e com ecossistemas característicos de banhados, matas e campos inundáveis.

No entanto, foi percebido que enquanto as residências mais ricas acabaram se juntando e financiando alguns elementos básicos (como a criação de infraestrutura para esgotamento sanitário), as ocupações mais pobres não possuíam recursos próprios e acabaram por manter essa relação em desequilíbrio com a natureza. Ou seja, foi implementada uma APA, porém o poder público não ofereceu as bases para que a mesma fosse realmente concretizada e fosse adotado elementos que garantissem a preservação da sua biodiversidade.

2.5.2. Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí

Buscando realmente se preservar a área e criar as condições necessárias para isso, criou-se o Plano de Manejo pelo governo do estado em novembro de 2014. A missão dele é de garantir a conservação da biodiversidade e a funcionalidade ecossistêmica do Delta do Jacuí, em conectividade com outras áreas úmidas, contribuindo para a manutenção do equilíbrio climático, a dinâmica hídrica e a qualidade socioambiental na região metropolitana de Porto Alegre, provendo abastecimento de água, recursos pesqueiros, amenização das enchentes e das secas prolongadas, oferecendo também oportunidades recreativas, culturais e econômicas. Nele foram definidas zonas de ocupação, entre elas:

- Zona Primitiva (ZP): é aquela onde tenha onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção urbana, contendo espécies da flora e da fauna ou de fenômenos naturais de grande valor científico. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação.

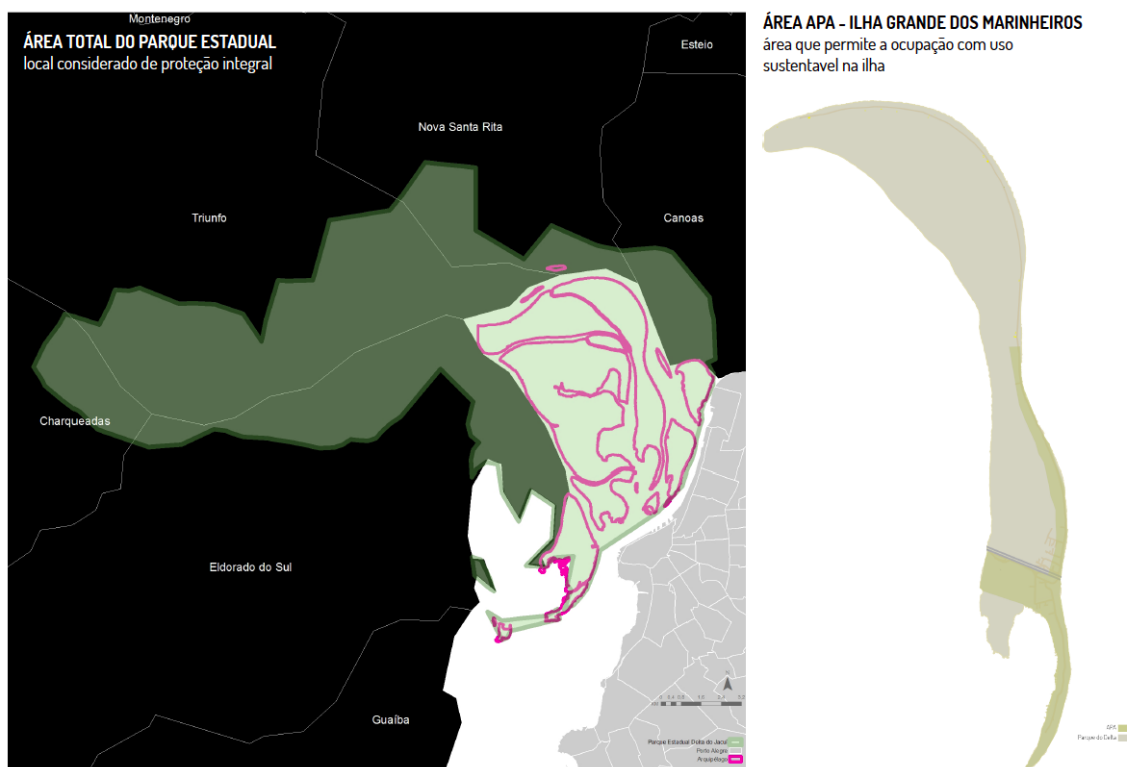
- Zona de Ocupação Temporária (ZOT): são áreas que ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso.

- Zona de Recuperação (ZR): é aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Permite uso público somente para a educação.

- Zona de Uso Intensivo (ZUI): É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o médio. Esta zona, compreende as águas da zona sul/oeste da Ilha Grande dos Marinheiros. Com isto, se mostra a vontade do Plano de Manejo de voltar a área para uma zona onde o turismo ambiental tenha relevância.

Contudo, observa-se que ainda poucas iniciativas foram implementadas na região e muitos dos problemas ambientais vividos permanecem. O próprio potencial turístico do parque, ainda mais quando pensado na sua utilização como um instrumento de conscientização ambiental, ainda é pouco utilizado, o que poderia reverter em recursos para investimentos e melhorias no mesmo.

Mapa 08 - condicionantes legais

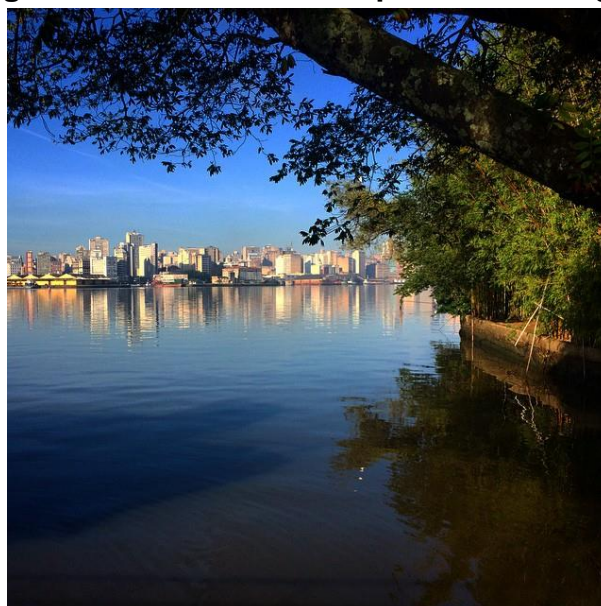


Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente | Mapeamento: Eduardo Zdanowicz

2.5.3 Outros condicionantes

A Lei de Parcelamento do Solo (Lei Federal nº6766/79) determina a existência de uma faixa não edificável de 15 metros a cada lado em áreas que estejam localizadas ao longo de águas correntes e dormentes, das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos. A lei não permite realizar o parcelamento do solo em terrenos localizados em zonas alagadiças e em áreas de preservação ecológica. Todavia, percebe-se várias áreas do Arquipélago que não estão de acordo com a lei, uma vez que há muitos lotes e residências localizadas na faixa de domínio da Travessia Regis Bitencourt, bem como ao longo de água correntes.

Figura 10 – orla com vista para Porto Alegre



Fonte: Mundo da Fotografia | Ano: 2017

O Código das Águas define que as águas que circundam nas ilhas da APAEDJ são consideradas águas públicas do uso comum da população. Segundo o artigo 11 são tolerados o uso dos terrenos pela população ribeirinha ou por pequenos proprietários desde que não colidam com o interesse público. Porém, percebe-se novamente alguns empreendimentos privados de grande porte, como uma Marina privada na Ilha das Flores ou grandes residências de alto poder aquisitivo situadas nas margens da Ilha da Pintada, o que acaba também não seguindo o código. Além disso, segundo as Normas Estabelecidas pelo SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação), unidades de Conservação

Estadual são proibidas de qualquer atividade ou empreendimento público ou privado, que danifique ou altere direta ou indiretamente a flora, a fauna, a paisagem natural, os valores culturais e os ecossistemas e nota-se uma série de construções que afetaram diretamente a biodiversidade da região.

Já o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre - Lei complementar nº434/99) divide o território municipal em nove marazonas que constituem conjuntos de UEU (Unidades de Estruturação Urbana). A Ilha Grande dos Marinheiros está inserida na marazona 9, denominada de Unidade de Conservação Estadual Parque Delta do Jacuí e Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ). A macrozona 9 pertence às áreas de ocupação rarefeita (AORs). As AORs são áreas com baixa densificação, onde predominam a proteção da flora, fauna e dos elementos naturais, admitindo-se usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento primário.

O uso residencial está reservado para a Ilha da Pintada, as demais ilhas pertencem à zona de uso restrito e de reserva biológica. Na Ilha Grande dos Marinheiros é previsto dois núcleos de lazer, localizados no norte e sul da Ilha que nunca foram implantados. Quanto à construção de novas edificações na Macrozona 9, o PDDUA estabelece o regime urbanístico através da densidade bruta, atividade, índice de aproveitamento e volumetria das edificações.

Figura 11 – paisagem da ilha da Pintada



Fonte: Mundo da Fotografia | Ano: 2018

CAPÍTULO 3.

A OCUPAÇÃO ATUAL NO BAIRRO ARQUIPÉLAGO

Após apresentadas as caracterizações e análises referentes ao Bairro Arquipélago, esse capítulo terá o objetivo de comentar as razões e justificativas pelas quais essa população ocupa a região, mesmo que estejamos falando de locais impróprios e nem sempre regulares para a habitação.

De acordo com Maricato (1995), a ilegalidade no Brasil relacionada à legislação urbanística (divisão do solo, zoneamento e ordenamento do território) e à legislação predial (Código de Obras) não são a exceção, mas a regra. Segundo Fernandez (2008), 80% da população do país vive em um ambiente ilegal, o que põe à prova o sistema jurídico, ou seja, a ilegalidade é a forma proeminente de organização da sociedade hoje. Estudos sobre a ocupação urbana de zonas de proteção ambiental localizadas no entorno de áreas metropolitanas traz discussões sobre a tensão entre a legislação e o mercado imobiliário. Ações do mercado imobiliário na venda e avaliação econômica de áreas ambientais e conflitos legislativos relacionados a zoneamento, ordenamento do território, licenças ambientais e autorização de novos negócios têm levado ao aumento de territórios ilegais no Brasil. Esses são alguns pontos que serão abordados na sequência.

Figura 12 – Primeiros registros da ocupação nas ilhas – Palafitas e comércio de peixes



Fonte: Livro Memórias dos bairros – Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre | Ano: 1940

3.1 Contexto histórico e político da ocupação do arquipélago

O início do processo de urbanização de Porto Alegre foi uma das razões que explicam as transformações sociais que ocasionaram no aumento do número de habitantes vindos de outras localidades, de cidades vizinhas e do interior do Rio Grande do Sul para as ilhas. O aumento da população na região metropolitana da cidade, segundo Souza, Müller (2007), foi provocado pelo êxodo rural e pelo deslocamento das indústrias para a periferia de Porto Alegre, o que explica também o acréscimo e diversificação populacional do Arquipélago.

Além disso, com a construção da Travessia Régis Bittencourt em 1958, criou-se uma conexão direta por pontes entre as ilhas e Porto Alegre, sem a necessidade da utilização de barcos ou outros meios de transportes náuticos. A cidade passou a expandir seus limites físicos e se desenvolvia através de suas rodovias e ferrovias. A criação da travessia não ligava apenas a cidade ao sul do estado, mas conectava também o continente e a Ilha Grande dos Marinheiros, das Flores, da Pintada e do Pavão, o que também levou no acréscimo populacional de residentes nas ilhas. Esse aumento da população no Arquipélago pode ser identificado através dos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 do IBGE (Tabela 2).

Tabela 02 - Situação Demográfica populacional dos últimos censos

	1980	1991	2000	2010
População	2183	2270	5061	8330

Fonte: dados do IBGE.

Segundo Mullich (2011) é importante salientar que a ocupação por moradia no período de metropolização da cidade pode ser caracterizada por duas fases distintas: a primeira após a construção da Travessia Régis Bittencourt, em 1958, cuja tipologia arquitetônica era a de casa em palafitas e barracos; um segundo momento, a partir do ano 2000, com mansões dos moradores de alta renda e as casas dos moradores de média renda supervalorizando a orla da ilha. É importante também comentar a respeito das influências do mercado imobiliário no Arquipélago e no seu incremento populacional.

A ação do mercado imobiliário no bairro é evidenciada a partir de 2006 quando foi criada a Unidade de Conservação de Uso Sustentável – APAEDJ,

tornando a área dotada de terras públicas e privadas. Vale destacar que as ilhas da APAEDJ constituem patrimônio do Estado, com exceção das terras concedidas aos clubes náuticos, ao porto e incluindo as terras da Ilha da Pintada, cujos moradores possuem título de propriedade e cuja parte da ilha pertence ao município de Eldorado do Sul. As demais ilhas possuem um processo conflituoso de ocupação, caracterizado por ocupações dos moradores de baixa, média e alta renda. As ocupações urbanas contemporâneas da APAEDJ utilizam o mercado imobiliário como fator propulsor da ocupação, o que pode ser identificado pelos anúncios imobiliários da Ilha da Pintada, das Flores e Grande dos Marinheiros, as ilhas mais populosas do Arquipélago. Tradicionalmente, a Ilha da Pintada é conhecida pela presença de casarões e sede da Colônia dos Pescadores (Z5), onde a infraestrutura urbana e as ocupações são consolidadas por moradores de alta renda. Em comparação com outras ilhas povoadas, a ilha das Flores possui na sua maioria ocupações de baixa renda, com moradores de alta renda em ocupações em estágio inicial. Contudo, a ocupação urbana para moradores de média e alta renda está ocorrendo na Ilha Grande dos Marinheiros e Ilha da Pintada, com a implantação de infraestrutura urbana por meio de redes de abastecimento.

Figura 13 – Travessia Régis Bittencourt



a) Travessia Régis Bittencourt - construção | Fonte: Rede Web | Ano: 1957



b) Travessia Régis Bittencourt - atual | Fonte: Cidades e Fotos | Ano: 2018

3.2 Ocupação e danos ambientais

Segundo Maricato (1995), análises das cidades brasileiras tem mostrado relações entre moradias de baixa renda e degradação ambiental, contudo a autora

cita também o mercado imobiliário como um agente causador de danos ao meio ambiente. No Brasil, pode-se apontar o desmatamento dos mangues, a exploração de mananciais hídricos para construção de condomínios, alteração das bordas e margens de ilhas para construção de marinas e espaços de contemplação da paisagem, modificação de bancos de areia para implantação de empreendimentos residenciais e turísticos como exemplos de ocupações que geram problemas ao meio ambiente.

Muitos desses pontos também são observados no Arquipélago e tem relação com a forma da sua ocupação. Pode-se afirmar, também, que os interesses individuais são decorrentes de leis elitistas e socialmente inadequadas, que desconsideram realidades socioeconômicas de produção de moradia, exigindo padrões técnicos e urbanísticos inatingíveis, reservando áreas providas de infraestrutura urbana para o mercado imobiliário destinado à população de média e alta renda, o que leva as populações de renda baixa a ocupar áreas impróprias, podendo gerar conflitos e problemas ambientais. Ainda sobre esse assunto, Suertegaray fala a respeito do poder no que se refere os territórios:

“Sob o conceito de território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder” (SUERTEGARAY, 2000, p.22).

3.2.1 Vínculos entre território e hidrografia no Arquipélago

Segundo Haesbaert,

“Território, portanto, é construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico. Pode-se afirmar que as concepções contemporâneas de território devem superar os dualismos fundamentais: tempo-espaço, fixação-mobilidade, funcional e simbólico” (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Nesse trecho percebe-se que embora a palavra território possua conexão com o espaço, com o ambiente físico, também se entende que o termo faça conexões com ideias imateriais, conectadas com a memória, com as sensações e o tempo. Dito isso, quando pensamos no território do Arquipélago é evidente sua conexão com o Lago Guaíba, com o Delta do Jacuí, com a fauna e a flora, mas também se estabelece uma ligação com a troca de saberes sobre as cheias dos rios e a época de chuvas, sobre as habilidades de pesca e sazonalidade de espécies, sobre o transporte náutico e vínculo com água desde a infância da população que reside aquela área. Os rios fazem parte da história e do crescimento

de cada um dos habitantes da região, estão presentes no imaginário e nas memórias, e esses sentimentos não conseguem dissociar-se do território existente. Segundo Tuan “É por reflexão pensativo de que os momentos indescritíveis do passado se aproximam de nós em realidade presente e ganhe uma medida de permanência” (Yi-Fu Tuan, 1977), no qual também é comentado sobre as conexões entre passado, presente, memórias e a sua relação com os indivíduos e o território. Contudo, é importante mencionar o impacto das cheias. As inundações recorrentes paralisam anualmente diversas atividades que acontecem no local: as habitações ficam inundadas, as estradas submersas e intransitáveis, os equipamentos de uso público fechados e as atividades de pecuária são transferidos para áreas seguras em terrenos mais altos.

Outro ponto diz respeito às margens e a ocupação das bordas das ilhas. Esses locais não apenas possuem pontos únicos dentro da paisagem da cidade, como também são espaços de contemplação do outro lado da margem do Guaíba, mostrando a cidade de Porto Alegre. Consegue-se ver a cidade distante, suas transformações e adaptações cotidianas, mesmo que aquele espaço que se está (as ilhas) também faça parte de Porto Alegre. Ou seja, esses locais são atrativos pelo seu grande potencial paisagístico e também por oferecerem espaços de observação de Porto Alegre.

3.3 Relações econômicas e sociais no Bairro

Mullich (2011) afirma que nos últimos dez anos, observou-se que está ocorrendo uma migração dos pescadores e dos moradores de baixa renda para o norte da Ilha Grande dos Marinheiros ou para outras ilhas. Os barracos encontram-se no início da parte sul da ilha, nas margens da Travessia Régis Bittencourt, próximos ao Hotel da Ilha, à creche e ao Posto de Saúde Público. Isso pode ser explicado pela facilidade de mobilidade, uma vez que esse local fica próximo a rodovia e possui mais opções de transporte, e por serem pertos de equipamentos públicos importantes.

Além disso, pescadores não conseguem mais sobreviver da pesca como fonte de renda devido a diminuição dos peixes e poluição do rio.

“Muitos dos pescadores desenvolvem atividades como serviços domésticos prestados aos moradores de alta e média renda, trabalham em escolas do bairro, são pastores evangélicos ou fazem cursos de

artesanato na Associação dos Amigos Artesãos e Pescadores da Ilha da Pintada (AAAPIP) na Z5.” (MULLICH, 2011, p. 90)

O trecho anterior mostra quais atividades tem sido desempenhada por essas pessoas que estão muito relacionadas a uma nova demanda de serviços para a região, relacionadas a ocupação, principalmente, de pessoas de classe média e alta. É importante destacar que durante esse período de Pandemia, muitas pessoas habitantes de regiões centrais de Porto Alegre, buscaram um refúgio nas ilhas para passar o período de quarentena, e com isso, ocuparam imóveis que já tinham (e talvez não usassem com tanta frequência), optaram por aluguel por temporada maior e até mesmo adquirindo, em alguns casos. Isso fez que crescesse a demanda por serviços de zeladoria, jardinagem, limpeza, entre outros na região;

A proibição da circulação de carroças na cidade de Porto Alegre é outro fator que afetou na renda de boa parte dos moradores das ilhas, uma vez que impactou negativamente na reciclagem, atividade exercida por uma parcela significativa da população. Essa prática relacionada a reutilização do lixo está presente no Arquipélago há bastante tempo e foi mostrada no curta-documentário de Jorge Furtado Ilha das Flores³. O filme faz uma crítica às desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista e a ausência de políticas públicas para solucionar a miséria de parte da população brasileira, mostrando o caminho de um tomate do supermercado até os lixões presentes nas ilhas. Muitos moradores utilizavam carroças para transitar na cidade e fazer a coleta de materiais recicláveis. Com a proibição desse tipo de transporte em 2017, não se criou uma alternativa viável para substituí-lo, e como as ilhas encontram-se muito distantes dos locais de coleta, a reciclagem tornou-se inviável.

3.3.1 Depoimentos de moradores da região do Arquipélago

Durante o trabalho, também se buscou o contato de moradores da região, para que eles pudessem dar seu depoimento e contassem um pouco a respeito de morar no Arquipélago, o que eles gostavam do Bairro, quais eram os problemas e o que mudariam. Foram entrevistados 4 moradores da área, com idades entre 28 e 78, na sua maioria moradores da Ilha da Pintada. Em razão das restrições da

³ Ilha das Flores. Direção: Jorge Furtado. Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre. Porto Alegre/Brasil. 1989

Pandemia, os questionamentos foram feitos de maneira online, o que, de certa forma, pode ter inibido alguns participantes de serem mais abertos ou até mesmo dividirem mais aspectos nas perguntas apresentadas. No anexo I (no final desse trabalho), é possível ver a transcrição de todas as entrevistas realizadas, através de um questionário estruturado enviado a cada um dos entrevistados. Cada um deles teve a liberdade de responder conforme fosse mais conveniente a si: seja de maneira escrita ou seja gravando um áudio (essas gravações foram posteriormente transcritas).

Primeiramente, foi observado que boa parte dos entrevistados mora há muito tempo no local e cresceram na região. Eles disseram que seus familiares já habitavam as ilhas e que eles eram a segunda ou terceira geração da família no local. “A minha família sim já morava na região. Não posso dizer com certeza a data, mas pelo menos desde a década de 30 do século passado” respondeu Felipe, um dos entrevistados. As características do ambiente natural do Bairro Arquipélago foram levantadas com um dos pontos positivos principais de se habitar a região, ainda mais quando comparado com o restante de Porto Alegre, principalmente pela presença do rio, da fauna e flora. Além disso, foi citado a tranquilidade e o senso de coletividade como pontos bons das ilhas.

Quanto aos problemas, foi citado a infraestrutura precária, como a falta recorrente de água, a não existência de tratamento de esgoto e problemas relacionados com o fornecimento de energia elétrica. Além disso, foi levantado a insuficiência de policiamento e aumento da violência urbana, e a inexistência de um posto médico com funcionamento de 24 horas. “Eu mudaria, principalmente, a situação das pessoas mais ao sul da Ilha da Pintada e nas outras ilhas, porque é bastante precária. Eu acho que teria que ser feito um plano, assim, de regularização fundiária e para promover habitações para as pessoas, porque é bem precário mesmo” foi um dos pontos mencionados pelo Felipe falou que mudaria. Logo, entende-se que a qualificação da infraestrutura também tenha sido apontada como outra mudança necessária por alguns entrevistados.

Sobre a mobilidade, muitos entrevistados falaram que dentro das ilhas acabam andando a pé mesmo e, quando precisam sair, utilizam ônibus ou carro de aplicativo. Contudo, citaram que o transporte de ônibus público é muito ruim, pois tem poucos horários (foi reduzido ainda mais durante a Pandemia) e o trajeto passa

pela ponte antiga, que por funcionar no sistema de içamento, pode ocasionar atrasos e possíveis engarrafamentos. Quanto ao transporte de aplicativo, foi informado que além de caro, nem sempre é fácil de ter disponibilidade de veículos no serviço. Também foi citado que com conclusão da nova ponte sobre o Rio Guaíba, o trânsito melhorou e o trajeto até o centro da cidade ficou mais rápido (nas situações que são utilizados veículos privados, pois o transporte público ainda utiliza a antiga rota com a primeira ponte). “Só quem mora precisa acessar a BR sabe o quanto é difícil quando tem algum acidente ou um congestionamento por outro motivo” disse Fatima, outra entrevistada.

Uma surpresa positiva manifestada durante as entrevistas foi a existência e a visitação de vários equipamentos públicos e pontos na própria região pelos moradores do Arquipélago. Foi citado praças públicas, a orla do rio e o Centro Cultural Colaí. Também revelaram que frequentavam a Colônia de Pescadores Z5 e, inclusive, falaram da feira que acontece aos domingos quando se oferece o peixe na taquara, algo já tradicional na região. Foi dito também a possibilidade do passeio de barco até o local, algo que poderia até ser mais bem explorado como opção turística. Durante a conversa com todos os entrevistados, observou-se um certo orgulho de ser cidadão das ilhas e ficou evidenciado que as eles gostam de morar ali.

3.4 Justificativas – motivos que levam as pessoas a morarem e permanecerem em áreas ribeirinhas

Após ter sido realizado a pesquisa em algumas áreas ribeirinhas próximos de centros urbanos no Brasil (Amazônia, Recife e Santos) e analisada com maior profundidade a área do Arquipélago em Porto Alegre, é possível refletir sobre algumas razões que justifiquem não apenas a moradia da população nesses locais, como também sua permanência.

a) Ancestralidade: muitos moradores residem nesses locais por uma questão familiar, uma vez que seus ancestrais já habitavam ali e eles acabaram permanecendo, até mesmo em imóveis que já pertenciam a família e acabaram herdando. Além disso, é importante citar a troca de saberes e experiências entre gerações, algo muito presente na realidade dos ribeirinhos. Conhecimento empíricos sobre a biodiversidade e hidrografia são ensinados nas famílias

(movimento das águas e as cheias, por exemplo) e isso acaba não apenas ensinando o indivíduo, como gera um sentimento de pertencimento, como se reconhecer e se relacionar com o entorno, o tornasse também parte indissociável dele. Ainda sobre isso, Milton Santos afirma que “a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Esta não provém do simples fato de viver, mas da comunhão com que se faz com ele” (SANTOS 1987).

b) Potencial natural e paisagístico: fica evidente entender que habitar locais com uma presença expressiva da natureza no cotidiano, com sua flora e fauna, oferecem qualidade de vida e bem-estar para os moradores. Além disso, tem-se paisagens e visuais únicos, não apenas dentro daquele espaço, como perspectivas para a sua volta (no caso do Arquipélago, a cidade de Porto Alegre). Morar em um espaço assim, próximo de uma grande cidade e seus benefícios, acaba também sendo vantajoso;

c) Processo de urbanização acelerado: sabe-se que as grandes cidades brasileiras passaram por um processo de urbanização acelerado, iniciado nas décadas de 40 e 50. Isso ocasionou um crescimento expressivo da população morando em cidades de maneira muito rápida (a taxa de urbanização passou de 31,2%, em 1940, para 67,6%, em 1980), mas esse forte crescimento não foi acompanhado pela oferta de moradia de maneira igualitária. Boa parte da população, sobretudo os mais pobres, acabaram morando em regiões periféricas e afastadas das áreas centrais, desprovidas de infraestrutura básica, pois era o que se tinha no momento e acabou se perpetuando em razão das desigualdades sociais e falta de oportunidades de acesso a renda. Isso demonstra uma certa resiliência e adaptabilidade dessas pessoas que acabaram por viver nem sempre em regiões próprias para habitações, enfrentando problemas diários, como infraestrutura (luz, água, esgoto) ineficiente, cheias e enchentes, além de outros problemas ambientais;

d) Atração gerada por polos de centralidades: morar em grandes cidades tem se tornado cada vez mais difícil, principalmente, para as populações mais pobres. Alguns dos fatores que mais tem dificultado isso são os custos e o acesso a moradia. A existência de regiões relativamente próximas aos centros urbanos,

com opções de habitação mais em conta, acabara se tornando atrativa. Porém, sabe-se que nesse processo nem sempre se estabelece uma relação de equilíbrio com o meio ambiente natural, ocasionando no desmatamento, aterramento irregular e modificação das características naturais dessas regiões. Além disso, o mercado imobiliário pode, com o tempo, exercer uma pressão negativa, ocasionando no aumento dos preços das habitações nessas regiões, levando a uma expulsão gradativa dos mais pobres dessas localidades.

3.5 Problemas e desafios

Além de citar as justificativas que levam essa a população ribeirinha a habitar esses locais é importante citar, também, problemas e desafios que eles enfrentam. O primeiro e talvez mais perceptível são as cheias dos rios e lagos, e as inundações decorrentes. Como já foi dito, muitas habitações são construídas em áreas precárias, desprovidas de infraestrutura, o que leva a esses problemas acontecerem. Essa ocupação em áreas irregulares também leva a uma degradação ambiental, que modifica características naturais da paisagem e acaba, inclusive, intensificando as inundações e ocasionando outros problemas ambientais.

Pode-se citar, também, que se percebe uma certa falta de planejamento e políticas públicas específicas para essa população. Em algumas situações, por exemplo, são propostos planos de reassentamentos em áreas muito distantes do seu local original e ainda com características bem diferentes (como a inexistência de corpos d'água próximos, por exemplo) o que gera revolta por parte dos ribeirinhos. Demandas e projetos necessários para essas áreas ribeirinhas também não são atendidas, muito provavelmente por razões eleitoreiras, uma vez que essa parcela da população é pequena e não representa uma fração eleitoral significativa. Nesses locais há também muitos problemas relacionados a mobilidade urbana (resultados da falta de políticas públicas) o que acaba impactando negativamente nos deslocamentos aos centros urbanos das populações ribeirinhas.

O acesso a renda dessas populações é outro problema do bairro. Muitos deles, viviam da pesca que tem cada vez mais sido afetada pela poluição. Além disso, outras atividades tradicionalmente realizadas por eles, como a reciclagem e o artesanato, têm perdido a valorização e o prestígio, o que impacta também nas

suas rendas. O mercado imobiliário, a especulação e o processo de gentrificação⁴ acabam prejudicando também a população mais pobre dessas regiões, principalmente pela acomodação de pessoas de classe média e alta nesses locais. No Arquipélago é possível perceber isso, essa dualidade de ocupações entre pessoas ricas e pobres e suas diferenças, na qual os ricos acabam morando em locais dotados de infraestrutura e com as melhores paisagens da região e os mais pobres acabam enfrentando problemas com abastecimento de energia elétrica e enchentes.

Dito isso entende-se que esses problemas e desafios são complexos e conectados, pois acontecem em razão de uma certa interdependência (um problema ocorre em razão de outros) e não são de simples resolução. Eles também acontecem já faz muito tempo e acabam sendo mais uma representação das desigualdades sociais que ocorrem no país.

⁴ O termo foi utilizado pela primeira vez por Neil Smith que o aplicou para descrever processos neoliberais de segregação da população de uma área por conta da especulação imobiliária, nas grandes cidades. Essa palavra tem origem da língua inglês (“*gentry*” refere-se à pequena aristocracia ou burguesia — *gentrification* seria, então, o processo de aburguesamento de uma região)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise e caracterização de algumas áreas ribeirinhas do Brasil, trazendo alguns fatores históricos da sua formação e mostrando características atuais dessas regiões. Buscamos aqui apresentar a influência das águas no cotidiano dos ribeirinhos, seja pelos impactos recorrentes das cheias e inundações nesses locais, seja pelas trocas de saberes empíricos entre a população sobre a hidrografia, a fauna e flora, ou seja, pela degradação ambiental gerada pela poluição dos recursos hídricos. Além disso, foi definido o conceito de ribeirinho, mostrando a importância do Decreto Federal nº 6.040 (ano 2000) na caracterização, pela primeira vez no país, dos povos e comunidades tradicionais.

Com esta monografia foi possível entender que muito dos ribeirinhos habitam esses locais próximos a corpos d'água por questões familiares, uma vez que seus ancestrais já habitavam essa região e as gerações subsequentes acabam por permanecer nessas localidades. Além disso, há o potencial paisagístico desses territórios, incluindo aqui também a presença da fauna e flora muito expressiva, o que acaba tornando as áreas ribeirinhas únicas dentro do cenário urbano. Também se entendeu que essas populações acabaram por habitar esses locais dado o processo de urbanização acelerado ocorrido no Brasil (sobretudo após a década de 50), no qual não havia oferta de habitação para todos nas cidades e as populações, sobretudo os mais pobres acabaram ocupando os locais disponíveis na informalidade. Essas áreas eram muitas vezes irregulares e impróprias para habitação, e percebe-se que com o tempo se desenvolveu uma relação nem sempre em equilíbrio com o meio ambiente, ocorrendo situações de desmatamento, poluição dos rios, despejo de dejetos em áreas de preservação, entre outros.

Com a continuidade desse processo, as áreas urbanas expandiram ainda mais para acomodar o aumento significativo da sua população e, como resultado, áreas naturais e inabitáveis foram cada vez mais ocupadas por meio de assentamentos informais, incluindo as áreas ribeirinhas. Assim, esses locais receberam, gradativamente, mais pessoas, porque os núcleos os quais originaram as cidades estavam ficando superlotados e não havia espaço suficiente para todos neles. Ao mesmo tempo, as áreas ribeirinhas que estavam próximas aos centros

urbanos, tinham também mais oportunidades de emprego, renda e acesso a serviços básicos de saúde e educação. Na verdade, parte da população que habitava as áreas ribeirinhas servia como mão de obra barata para serviços básicos e operacionais de indústrias localizadas próximas as cidades ou de instituições privadas presentes nos centros empresariais das metrópoles. Isso é um dos motivos principais que explica a existência até os dias correntes de áreas ribeirinhas próximas de centros urbanos.

Por fim, buscou-se entender os principais problemas e desafios para os moradores de áreas ribeirinhas. O primeiro relaciona-se com a falta de infraestrutura básica, principalmente relacionada ao esgotamento sanitário e as adversidades decorrentes das enchentes. O segundo diz respeito a supressão de oportunidades de emprego e renda, uma vez que as atividades desempenhadas por essa população acabaram perdendo valor o que levou a boa parte deles a viverem em situação de pobreza. E o terceiro diz respeito a uma certa invisibilidade que esses locais possuem, principalmente quando pensamos no poder público, no sentido de não existir mais e melhores políticas públicas que realmente resolvam (ou ao menos melhorem) parte dos problemas que acontecem nesses territórios.

Com isso, compreende-se que, assim como outras populações esquecidas ou até mesmo marginalizadas, os ribeirinhos são apenas mais um grupo social que sofre as adversidades decorrentes do capitalismo, sobretudo, a desigualdade social, que acarreta uma série de problemas, como a falta de moradia digna a todos, escassez de oportunidades de renda e emprego igualitárias, e degradação de recursos naturais.

É importante entender que não apenas deve-se pensar em melhorar as condições de vida dessa população, como deve-se criar as condições para que isso ocorra sem que elas tenham que deixar seus locais de origem e pertencimento. Afinal, a construção da identidade do ribeirinho, antes de tudo, compreende a existência da água próximo a seu local de residência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, S. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, jul./dez. 2013
- CARLOS, A.F.A. O bairro. In: CARLOS, A.F.A. Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole. São Paulo: FFLCH, 2017. pp. 209-216.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERNANDES, Edésio, RUGANI Jurema. Cidade, memória e legislação. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do BRASIL.
- FRAXE, T. PEREIRA, H. WITKOSKI, A. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais / Organizadores: Manaus: EDUA, 2007.rasil, Departamento de Minas Gerais, 2002.
- GOMES, José J., VENTIMIGLIA, Marise A., MACHADO, Helena V. S. Arquipélago – as ilhas de Porto Alegre. UE editora. Porto Alegre, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (2ª edição revisada).
- HASENACK, Heinrich. Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: geologia, solos, drenagem, vegetação, ocupação e paisagem. Porto Alegre, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MARICATO, Erminia. Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental. Brasília: PNUD/Ministério das Relações Exteriores, 1995.
- MULLICH, Ecléa Pérsigo Moraes Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros emPorto Alegre/RS / 2011. 123 f.
- OLIVEIRA, Ana M. S. D. F., COSTA, Felipe V. A., HEBERLE, Karen A. BERGONCI, Pâmela. Ocupações e usos nas ilhas do Delta do Jacuí - Rio Grande do Sul – Brasil. Plano de Manejo – Parque Estadual do Delta do Jacuí. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- SANTOS, C. SALGADO, M. PIMENTEL, M. Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza. 2012 Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/ses_sao_3/sessao_3D/03_Cassio_Santos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

- SANTOS, Lúcia L. Os movimentos desejantes da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo, Ed Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. EDUSP, 1988.
- SEABRA, O. Urbanização: bairro e vida de bairro. Travessia, ano XIII, N. 38, set/dez 2000. pp. 11-17
- SOUZA, A. Morar e Viver nas Ilhas do Delta do Jacuí – Arquipélago de Representações Sociais em Porto Alegre – RS. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2014.
- SOUZA, Célia F. De. MULLER, Dóris M. Porto Alegre e sua Evolução Urbana. UFRGS editora. Porto Alegre, 2007. 2a edição.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D.M.A. e VERDUM, R. (org.) Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e Interdisciplinaridade. Espaço Geográfico: Interface Natureza Sociedade. Geosul, Florianópolis, V.18, N.35, 2003. 43-53.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar - A Perspectiva Da Experiencia. Editora Edel, 1977.
- Plano de Manejo – Parque Estadual do Delta do Jacuí. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, 1999.

ANEXO I - Entrevistas com moradores

Apresentação geral:

- Nome:
- Idade:
- Profissão:
- Local de residência (não precisa endereço completo, apenas a rua e/ou ilha que você reside):

- 1) Há quanto tempo você mora (ou morou) no Bairro Arquipélago?
- 2) Sua família também morava na região? Você sabe desde quando?
- 3) Quais as coisas que você mais gosta no Bairro Arquipélago?
- 4) Quais são os principais problemas da região? O que você mudaria se pudesse?
- 5) Como você se locomove no seu dia? Quais são os meios de transporte principais que você utiliza no seu cotidiano?
- 6) Você sentiu diferenças com a construção da nova ponte do Guaíba? Quais?
- 7) Fora sua casa, que outros locais da região você frequenta?

Apresentação geral:

- Nome: Fatima Rosane Pinheiro Dias
- Idade: 62 anos
- Profissão: Recepcionista de Consultórios Médicos
- Local de residência (não precisa endereço completo, apenas a rua e/ou ilha que você reside): Rua Tupinambarana, Ilha da Pintada

1) Há quanto tempo você mora (ou morou) no Bairro Arquipélago?

Nasci e me criei aqui na Ilha. Desde 1959.

2) Sua família também morava na região? Você sabe desde quando?

Meus pais vieram bem jovens para aqui. Eles eram de Charqueadas (cidade da região metropolitana de Porto Alegre)

3) Quais as coisas que você mais gosta no Bairro Arquipélago?

O mais que gosto no bairro a praça à tardinha pra tomar um chimarrão enquanto as crianças brincam nos brinquedos. E o nosso pôr do Sol não tem igual e a vista na beira pra Porto Alegre a noite é magnífica.

4) Quais são os principais problemas da região? O que você mudaria se pudesse?

Falta policiamento, Posto Médico funcionando 24 horas. Tentaria colocar alguns cursos para os jovens, que ficam muito desocupados, porque não tem nada pra fazerem. Não temos empresas para eles atuarem, precisam ir para POA.

5) Como você se locomove no seu dia? Quais são os meios de transporte principais que você utiliza no seu cotidiano?

Meio de transporte terrestre Ônibus ou Uber. Assim que os Catamarã começaram, foi solicitado que também servisse aqui a Ilha, mas não deu em nada, foi negado porque não teria passageiros suficiente, mas só quem mora precisa acessar a BR sabe o quanto é difícil quando tem algum acidente ou um congestionamento por outro motivo.

6) Você sentiu diferenças com a construção da nova ponte do Guaíba? Quais?

Sim. Quando a BR está livre sem acidente ou algum outro tipo de congestionamento, é bem rápido para estarmos no centro. Falta é duplicarem todas as pontes, aí ficaram ótimo.

7) Fora sua casa, que outros locais da região você frequenta?

Como falei no início a Praça, a Beira rio, Supermercado, Fruteira, Sorveteria. Temos Colônia dos Pescadores Z5 onde oferece peixe na taquara que é tradicional todos os domingos. Pode vir de carro ou se preferirem de barco, que fazem o passeio maravilhoso e depois fazem a parada para desfrutar o peixe na taquara.

Apresentação geral:

- Nome: Leila leggle
- Idade: 46
- Profissão: Designer Gráfico
- Local de residência (não precisa endereço completo, apenas a rua e/ou ilha que você reside): Rua Mexiana, na Ilha da Pintada

1) Há quanto tempo você mora (ou morou) no Bairro Arquipélago?

46 anos

2) Sua família também morava na região? Você sabe desde quando?

Sim, desde as infâncias de meus avós.

3) Quais as coisas que você mais gosta no Bairro Arquipélago?

A localização geográfica, o acesso ao rio, a fauna e a flora local, a tranquilidade do lugar, a união da comunidade.

4) Quais são os principais problemas da região? O que você mudaria se pudesse?

Considero as enchentes e as faltas de luz como os principais problemas. Se pudesse mudar algo, seriam soluções para essas questões.

5) Como você se locomove no seu dia? Quais são os meios de transporte principais que você utiliza no seu cotidiano?

Dentro da Ilha me locomovo a pé. Para sair de lá, ônibus ou carro.

6) Você sentiu diferenças com a construção da nova ponte do Guaíba? Quais?

Sim. Fluxo sem interrupções quando a há içamento do vão móvel evitando atrasos e congestionamentos

7) Fora sua casa, que outros locais da região você frequenta?

Praça, Colônia de Pescadores z-5, Centro Cultural Colaí, lancherias e comércio Local, Museu das Ilhas

Apresentação geral:

- Nome: Felipe Azevedo Paulo
- Idade: 28 anos
- Profissão: Engenheiro Hídrico
- Local de residência (não precisa endereço completo, apenas a rua e/ou ilha que você reside): Rua Mexiana, na Ilha da Pintada

1) Há quanto tempo você mora (ou morou) no Bairro Arquipélago?

Eu morei no Bairro Arquipélago por 20 anos

2) Sua família também morava na região? Você sabe desde quando?

A minha família sim já morava na região. Não posso dizer com certeza a data, mas pelo menos desde a década de 30 do século passado. Mas acredito que também foi a época que minha avó e os irmãos dela nasceram, que já moravam lá, mas eu acredito também que ele morava um pouco antes, tipo década de 20, acho que com certeza.

3) Quais as coisas que você mais gosta no Bairro Arquipélago?

Acho que eu mais gosto de lá é o contato que a gente tem um pouco mais assim com natureza. Apesar de Porto Alegre ser bem organizada e tal, no centro não tem, nos outros bairros não tem (alguns tem), mas a maioria não tem tanto contato, assim, com um rio, com a fauna e a flora, e lá tem bastante disso. Também aqui um pouco menos de poluição luminosa de noite, então é legal de ver o céu, por exemplo, então eu acho que esse contato com a natureza é o que eu mais gosto de lá.

4) Quais são os principais problemas da região? O que você mudaria se pudesse?

Acho que os principais problemas da região são referentes a infraestrutura urbana, tipo a Ilha da Pintada que é onde eu morei a vida inteira, quase, não tem tanto problema assim, ela é muito mais urbanizada que as outras. Ela é um bairro bem estabelecido assim, ela tem menos vilas, as outras ilhas são praticamente só vilas e a da Pintada é mais como um bairro residencial, classe C, normal, assim da cidade só que afastado né na ilha. E os principais problemas são acesso a água,

falta muita água lá nas outras Ilhas, acesso a esgoto (em nenhuma das ilhas tem rede de tratamento coleta de esgoto), falta coleta de lixo reciclável e também a segurança pública tem se tornado um tema nos últimos tempos. Tem tido assalto, tem ficado cada vez mais perigoso.

Eu mudaria, principalmente, a situação das pessoas mais ao sul da Ilha da Pintada e nas outras ilhas, porque é bastante precária. Eu acho que teria que ser feito um plano, assim, de regularização fundiária e para promover habitações para as pessoas, porque é bem precário mesmo. E construir infraestrutura, assim, de água e esgoto, principalmente, até para que esse pessoal pare de agredir o meio ambiente, que agredem bastante aí nas outras ilhas e no sul da ilha da pintada, porque não é como se elas fizessem isso por maldade, elas não têm opção porque é muito precário mesmo, falta infraestrutura.

5) Como você se locomove no seu dia? Quais são os meios de transporte principais que você utiliza no seu cotidiano?

Eu a vida inteira eu usei ônibus, muita gente tem carro lá, mas a minha família nunca teve carro, então sempre dependi do o único ônibus que acessa lá na ilha. E hoje em dia, nos últimos anos, algumas vezes também usei o carro de aplicativo, mas é complicado, porque muitas vezes não tem carro lá e geralmente uma corrida cara. Lá da de onde eu moro até a Zona Norte sempre uns R\$ 25 e se for até o centro é R \$35, então é um preço caro assim o aplicativo, então opção acaba sendo do ônibus só que o ônibus também tem sido bem complicado agora com a Pandemia. Antigamente já não tinha os horários muito bons e agora com a redução por causa da Pandemia, tá horrível os horários dos ônibus, tá bem complicado mesmo

6) Você sentiu diferenças com a construção da nova ponte do Guaíba? Quais?

Eu não senti, porque ela parou de ser construída pouco antes de eu sair de lá e de mudar. E acho que se eu estivesse morando lá ainda, volta e meia eu vou, para visitar a minha família, mas mesmo assim não senti nada de diferença, porque o ônibus segue passando sempre pela ponte antiga, ele não passa pela ponte nova, mesmo que a ponte antiga levante. Então, nós, as pessoas, a maioria dos moradores das ilhas que não tem carro e que depende do ônibus, continuam

sujeitas ao içamento da ponte do Guaíba da mesma forma, não mudou praticamente nada na nossa vida.

7) Fora sua casa, que outros locais da região você frequenta?

Eu, particularmente, mas acho que é um caso muito específico meu, não frequento outros lugares na ilha. Eu andava na minha casa e aí na casa de algum parente ou na casa do namorado da minha mãe, e saía para caminhar com meu cachorro ali perto de casa, mas eu não frequento muitos espaços públicos de lá, tipo as praças que têm, mas outras pessoas frequentam bastante, mas eu não, eu ficava muito mais em casa.

Apresentação geral:

- Nome: Teresinha Carvalho da Silva
- Idade: 78 anos
- Profissão: Professora
- Local de residência (não precisa endereço completo, apenas a rua e/ou ilha que você reside): Rua Capitão Coelho, 259 - Ilha da Pintada

1) Há quanto tempo você mora (ou morou) no Bairro Arquipélago?

Desde os anos 90.

2) Sua família também morava na região? Você sabe desde quando?

Não, nunca morou.

3) Quais as coisas que você mais gosta no Bairro Arquipélago?

Natureza, a riqueza das histórias dos Ancestrais Luso Açorianos, Afrodescendentes, dentre outras etnias desde o século XVIII, peculiaridades da cultura de um povo ribeirinha, Comunidade de pescadores.

4) Quais são os principais problemas da região? O que você mudaria se pudesse?

Tomada da ribeirinha pelas Marinas, tornou insuportável a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, área proibida, mas com certeza com o consentimento da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente).

Outro problema são as enchentes, na Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, onde se concentra a maioria dos pescadores. A mudança seria a SEMA fazer mudas de uma espécie de vegetação que no passado tinham plantado na ribeirinha para inibir a enchente (Carnivão? - não lembro bem o nome).

Outro problema é a venda da Lagoa dos Patos pelo Governo do estado, vai causar um enorme impacto para o trabalho cotidiano dos pescadores. A busca de uma solução seria os pescadores e comunidade do Delta lutarem para que o governo não efetive essa venda.

Na verdade, é uma região que não tem um espírito de luta elevada, são acomodados em razão de viverem numa ilha, um local antes acomodado e agora

aumentou consideravelmente o movimento de transporte, de tráfico de drogas e de constantes assaltos.

Temos mais um probleminha... Em minhas pesquisas com os pescadores, eles falaram do rio, que o rio está esquentando, além da poluição atual, os peixes, já não são como antes, saudáveis. Além disso, nós cascos dos navios vem uma espécie de caramujo, que se gruda na vegetação Ribeirinha e, em qualquer toco, e provavelmente os peixes estão comendo. Então a solução do pescador é a Lagoa dos Patos e, agora com a proposição do Governador de vender, a situação do pescador é de "morrer na praia".

5) Como você se locomove no seu dia? Quais são os meios de transporte principais que você utiliza no seu cotidiano?

Eu não tenho carro, então eu uso raramente o ônibus pós pandemia e, tenho usado os "taxizinho" que temos onde dividimos e dá 6 reais cada um ou eu peço para fazer corrida fechada. Atualmente contamos com 8 "taxizinhos" diariamente.

6) Você sentiu diferenças com a construção da nova ponte do Guaíba? Quais?

Com certeza a construção da nova ponte do Guaíba trouxe profundas mudanças; inicialmente com a transferência de moradores, para outras localidades, deixando áreas desocupadas e limpas pois existia galpões de reciclagem, o que tornava a área, com lixo seco que era vendido, porém os problemas é o lixo orgânico que atraia ratos e outros tipos de insetos. Esse procedimento tornou a área mais limpa. porém o objetivo principal da transferência foi de que havia necessidade de abrir espaço para a Ponte adentrar na ilha. Cada família recebeu dinheiro para comprar uma moradia em outro lugar, alguns foram morar em Eldorado do Sul e outros para o litoral, dentre outros lugares, porém soubemos há pouco tempo que tem famílias retornando para a Ilha Grande dos Marinheiros. Dizem que é devido à proximidade com o centro de Porto Alegre.

Mas uma coisa importante é que todo esse movimento, a Ilha ainda tem um Beco, com grandes necessidades de Assistência e, a qual são atendidos pelo Padre Rudmar da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem e tem crianças que estão atendidas na Creche Tia Jussara e as famílias são assistidas pelos Irmãos

Maristas, ou seja, a Rede Marista. Assim como no lado norte da ilha, no Centro Social Marista tem o curso de turismo, jovens aprendizes, pelos Maristas

E o Museu das Ilhas já implantou 6 painéis que contam a história dos Ancestrais Luso Açorianos, Afrodescendentes dentre outras etnias desde o século XVIII. Vamos consolidar uma Rota Turística como solução para o desenvolvimento econômico Tributável Turismo e Trabalho geração de renda. Então outra questão o fluxo de veículos tem sido garantido pela construção da nova ponte, garantindo a melhoria no trânsito.

7) Fora sua casa, que outros locais da região você frequenta?

Em razão de todo um trabalho que realizo desde os anos 80 quando trabalhava da Secretaria de Educação do Estado do RS, fui convidada para atender um projeto onde selecionei dois Bolsos de miséria, pós ditadura, Ilha Grande dos Marinheiros Porto Alegre e vila Kenedi em Santa Maria.

Eu, trabalho em todas as ilhas pois a experiência com o PRODASEC, de 80 a 86, não consegui sair mais das ilhas, pois o projeto consolidou uma matriz de ecodesenvolvimento, na qual fui chamada em todas as ilhas. Tenho Instituições criadas por mim, em todas as ilhas. Desta forma eu tenho sempre, contato com as que fundei, dentre outras como Colônia de Pescadores Ernesto Alves Z5, Quilombo de Resistência, Turismo Náutico, AAAPIP, Escolas, pois integram a Rota Turística, na qual o Museu está consolidando Ilha da Pintada, enquanto projeto piloto.